

## **Acompanhamento Arqueológico do Projeto de Intervenção nas Ribeiras do Centro do Funchal**

**Teresa Mafalda Fernandes Relva**

**Relatório de Estágio  
Mestrado em Arqueologia**

**Maio de 2015**

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Arqueologia realizado sob a orientação científica  
do Professor Doutor André Teixeira

## RESUMO

Palavras-Chave: Fortificações; Idade Moderna; Madeira; Funchal; Arqueologia urbana.

A intempérie que assolou o Funchal a 20 de fevereiro de 2010 revelou as deficiências nas infraestruturas de suporte às ribeiras do centro da cidade. A Câmara Municipal do Funchal decidiu, então, realizar o Projeto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes alargando-os e aprofundando-os. No decorrer da intervenção foram descobertos indícios de uma muralha, o que levou a que a Direção Regional dos Assuntos Culturais da Região Autónoma da Madeira fosse chamada para fazer trabalhos de acompanhamento arqueológico. Estes desvendaram as ruínas do antigo forte de São Filipe e da cortina da cidade, assim como a área correspondente ao antigo Largo do Pelourinho.

Os objetivos no decorrer do estágio seriam o acompanhamento e preservação do património português em contexto urbano e de emergência, tendo ainda o objetivo de continuação da formação académica.

Assim, a dualidade de objetivos obrigava a uma dualidade de métodos. O primeiro seria o método utilizado durante o acompanhamento arqueológico: organização da área em quadrículas 2x2m; o segundo seria o método formativo, que assentou no acompanhamento do arqueólogo Daniel Sousa nos trabalhos de terreno e de gabinete.

Durante a intervenção arqueológica entre as ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes foram encontradas outras estruturas pertencentes ao forte de São Filipe: foi posta a descoberto mais uma parte de uma calçada pertencente a uma das vias da cidade e também cisternas, além de materiais de carácter militar e pertencentes ao quotidiano urbano. Estas estruturas e materiais arqueológicos serão devidamente estudados num futuro próximo à conclusão do Projeto.

## **ABSTRACT**

Keywords: Fortifications; Modern era; Madeira; Funchal; urban Archaeology.

The storm that hit Funchal on February 20<sup>th</sup> of 2010 revealed the deficiencies in infrastructure support to the city center streams shores. The Municipality of Funchal then decided to make the Projeto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes, broadening and deepen them. During the intervention, a wall was discovered, which led to Direção Regional dos Assuntos Culturais of Madeira being called upon the site, to do archaeological monitoring. They uncovered the ruins of the old fort of São Filipe and the “cortina da cidade”, as well as the old Largo do Pelourinho area.

Goals during the internship would be the monitoring and preservation of Portuguese heritage in the urban and emergency setting, while maintaining the goal of complementing the academic training.

Thus, the duality of goals required a duality of methods. The first would be the method used during the archaeological monitoring: the area was organized in 2x2m squares; the second would be the training method, which was the supervised work by the archaeologist Daniel Sousa in both field and office work.

During the archaeological intervention between the rivers Santa Luzia and João Gomes, other structures belonging to the fort of São Filipe were found: a part of a sidewalk from one of the roads in the city was uncovered and water tanks ("cisternas") besides materials belonging to the military and urban daily life. These archaeological structures and materials will be properly studied after the completion of the project.



## ÍNDICE

<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2. A Intervenção Arqueológica .....</b>	<b>3</b>
<b>3. Trabalhos de campo e gabinete .....</b>	<b>10</b>
<b>a) Escavação do Setor IV .....</b>	<b>11</b>
<b>b) Escavação do Setor II .....</b>	<b>18</b>
<b>c) Trabalhos de gabinete.....</b>	<b>20</b>
<b>4. Notas interpretativas.....</b>	<b>21</b>
<b>5. Conclusão .....</b>	<b>32</b>
<b>6. Bibliografia .....</b>	<b>34</b>
<b>7. Lista de Anexos .....</b>	<b>39</b>
<b>8. Anexos .....</b>	<b>43</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

FCSH - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

UNL - Universidade Nova de Lisboa

DRAC - Direção Regional dos Assuntos Culturais

DSMPC - Direção de Serviços de Museus e Património Cultural

RAM - Região Autónoma da Madeira

ARM - Arquivo Regional da Madeira

CMF - Câmara Municipal do Funchal

SRCTT - Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes



## 1. INTRODUÇÃO

Ao entrar no novo ciclo de estudos, foi sugerida pelo professor e orientador André Teixeira a possibilidade de realização de um Estágio Curricular em Arqueologia, com a elaboração do respetivo relatório, no âmbito da componente não-letiva do Mestrado em Arqueologia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Este estágio foi realizado na Direção de Serviços e Museus do Património Cultural (DSMPC), inserido na Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC) da Região Autónoma da Madeira, entre os meses de outubro de 2013 e abril de 2014.

O Estágio foi possível devido ao protocolo acordado entre a FCSH-UNL e a DRAC|DSMPC da Região Autónoma da Madeira, no âmbito do *Projeto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes*.

No decorrer do estágio foram levantadas diversas questões e problemáticas relativas à Arqueologia Urbana preventiva e de salvamento no Funchal e ao enquadramento legal da Arqueologia nesta cidade e na Região Autónoma da Madeira em geral (nomeadamente o papel da instituição DRAC). Estas questões serão abordadas no presente relatório no capítulo seguinte sobre a intervenção arqueológica. Os trabalhos arqueológicos permitiram, igualmente, reconhecer uma série de elementos relevantes para a compreensão da evolução da cidade do Funchal, nomeadamente vestígios do forte de São Filipe. Estes elementos, confrontados com a literatura existente à data do início deste projeto sobre a fortificação do Funchal nos séculos XVI a XVIII, permitirão contextualizar as atividades e descobertas realizadas durante o estágio. Atentando às diversas conjunturas da ilha da Madeira e, mais propriamente, da cidade do Funchal nos séculos XV a XX, especialmente a nível militar, será também feita uma breve menção às catástrofes naturais, nomeadamente às aluviões que ao longo destes séculos foram mudando a morfologia urbanística da cidade do Funchal. Irá ainda ser realizada uma breve caracterização das estruturas e espólio resultantes desta intervenção.

Estas atividades na intervenção arqueológica do forte de São Filipe, dirigida pelo Arqueólogo Daniel Sousa, co-orientador do estágio, coordenador da equipa e arqueólogo responsável pelos trabalhos realizados no sítio, incidiram principalmente no acompanhamento arqueológico e monitorização de todos os trabalhos da empreitada que envolvessem movimentações de solos e subsolos e na escavação de certos setores em áreas, assim como outras atividades inerentes à intervenção, tais como pesquisa bibliográfica sobre o sítio; implantação do quadriculado e topografia; recolha de amostras sedimentares para posterior análise físico-química; colocação de cotas no registo gráfico realizado pelos desenhadores Lilibeth Rodrigues e Carlos Pereira (DRAC|DSMPC); registo fotográfico de todas as atividades que envolvessem as estruturas e materiais arqueológicos, trabalho este complementado com o trabalho do fotógrafo Roberto Pereira (DRAC|DSMPC); recolha de materiais arqueológicos, acompanhados de fichas descrevendo a sua localização e referência; registo tridimensional (x, y, z) do espólio mais significativo; embalagem, etiquetagem e armazenamento de todo o espólio no Arquivo Regional da Madeira.

## 2. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

No dia 20 de fevereiro de 2010 uma aluvião assolou a Região Autónoma da Madeira, tendo maior impacto na cidade do Funchal, nomeadamente nas áreas circundantes às três ribeiras da capital – ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes (Anexo 1). Estas áreas correspondiam às freguesias da Sé (baixa do Funchal - zona entre a ribeira de São João e a ribeira de João Gomes) e de Santa Maria Maior (zona velha do Funchal, a Este da Ribeira de João Gomes) mas a freguesia da Sé foi a que sofreu as consequências mais catastróficas<sup>1</sup>.

No ano seguinte foi proposto um projeto de intervenção para a cidade do Funchal, concebido para responder às fragilidades na estruturação da cidade que foram reveladas pela intempérie. O *Projecto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes* não foi aprovado pela Câmara Municipal do Funchal em abril de 2011<sup>2</sup>, mas foi aprovado pelo Governo Regional (Anexo 2) e pelo Tribunal de Contas em dezembro de 2012<sup>3</sup>. A obra iniciou-se em abril de 2013. Consistia no aprofundamento dos leitos destas três ribeiras, na junção da porção distal das ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes de forma a desembocarem numa única foz e ainda na criação de um aumento do declive existente junto à foz (Anexo 3). Desta forma, pretendia-se manter a capacidade de transporte das ribeiras e assim impedir o assoreamento desta mesma foz.

---

<sup>1</sup> «Uma precipitação atípica produziu uma quantidade de água anormal que as ribeiras não conseguiram conter.» (GOMES, Celso – “Jardim diz que se não fosse a canalização das ribeiras Funchal desaparecia e alerta «Primeira questão é tratar dos vivos»”, in *Jornal da Madeira*. Funchal, 21 de fevereiro de 2010; pp.2-3); «(...) A chuva que caiu em grande quantidade encheu as ribeiras, provocou derrocadas, arrastou carros e pessoas, semeou o pânico, a morte e o desespero. (...) No Funchal, as três ribeiras transbordaram e transformaram as ruas da cidade em autênticos cursos de água.(...)» (GONÇALVES, Raquel – “Tragédia sem memória”, in *Diário de Notícias*. Funchal, 21 de fevereiro de 2010, pp.4-7).

<sup>2</sup> *Parecer sobre o Projecto de Intervenções nos Troços Terminais das ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes, sobre a proposta de intervenção no aterro depositado na avenida do mar e das comunidades madeirenses em consequência da intempérie do dia 20 de Fevereiro de 2010 e sobre a proposta de protecção marítima da frente marginal nascente da cidade do Funchal*, Câmara Municipal do Funchal, abril de 2011 [acedido a 15 de maio de 2015].

<sup>3</sup> *Auditoria de fiscalização concomitante à empreitada de intervenção nos troços terminais das ribeiras de Sta. Luzia e de João Gomes, financiada pela Lei de Meios*, relatório nº6/2015 – FC/SRMTC, março de 2015 [acedido a 15 de maio de 2015].

Com os desenvolvimentos da obra, que implicou a destruição da Praça da Autonomia<sup>4</sup> (praça localizada entre as ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes) e do respetivo estacionamento subterrâneo (estacionamento construído na década de 90), foram descobertos um fragmento da muralha sebastianista (c.1572) e as ruínas do forte de São Filipe (c.1580) (Anexo 4). O forte de São Filipe já havia sido reconhecido em 1992, no âmbito de uma escavação preventiva aquando da construção da dita praça e do Largo do Pelourinho<sup>5</sup>. Na intervenção junto às ribeiras do Funchal foi também descoberto um pavimento possivelmente quinhentista numa antecâmara do forte de São Filipe, tendo sido recuperados um fragmento do pelourinho do século XVI, uma grande parte da calçada do antigo Largo do Pelourinho, da mesma época, quatro cisternas, duas armas de fogo de grande calibre e uma quantidade abundante de materiais arqueológicos.

Devido aos achados referidos, a Direção Geral dos Assuntos Culturais (DRAC), através da Direção de Serviços de Museus e Património Cultural (DSMPC), foi chamada para acompanhar a obra nos pontos onde se observassem estratos e estruturas arqueológicas preservadas relevantes para a história da cidade do Funchal.

De fato, a Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC) é um «serviço executivo da administração directa da Região Autónoma da Madeira, integrado na Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes»<sup>6</sup> e tem por missão «dinamizar e coordenar os diferentes projetos que realizam as políticas definidas para a área da cultura, bem como manter ativo o diálogo com os criadores, no sentido de salvaguardar, valorizar e divulgar a identidade cultural da Região Autónoma da Madeira»<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> “A actual Praça da Autonomia será completamente alterada, pois as Ribeiras de João Gomes e Santa Luzia ligar-se-ão numa única foz, a fim de permitir uma nova solução franca de saída para o mar, das águas e inertes transportados pelas ribeiras, penetrando os respectivos muros de canalização, no mar, cerca de 100 metros para além do muro da avenida.” (“Intervenção no Porto do Funchal a Leste do Cais da Cidade em consequência do Temporal de 20 de Fevereiro de 2010”, in *Página Oficial da Presidência do Governo Regional da Madeira*, 15 de fevereiro de 2011) [acedido a 29 de março de 2015].

<sup>5</sup> Ver CARITA, Rui & RAMOS, Clara B. - “Arqueologia urbana no Funchal: 1989-2001” in *Livro branco do património cultural da RAM*, Gaula: Archais, 2003, pp-63-77.

<sup>6</sup> “Decreto Regulamentar Regional nº6/2013/M” in *Diário da República*, 1ª série – Nº 36 – 20 de fevereiro de 2013, capítulo IV, secção I, artigo 14º.

<sup>7</sup> Idem, artigo 15º, ponto 1.

Dito isto, a DRAC possui uma série de atribuições<sup>8</sup> ligadas à sua missão, das quais se destacam as alíneas ligadas mais particularmente à área de Arqueologia.

*c) Propor e coordenar a execução dos planos anuais e de médio prazo da área da cultura, nomeadamente dos arquivos, bibliotecas, museus e património cultural;*

*d) Promover ações integradas que visem a preservação e valorização do património cultural imóvel, móvel e imaterial que, pelo seu valor histórico, arquitetónico, artístico e documental, se constituam como elementos fundamentais da identidade cultural da Região Autónoma da Madeira, designadamente procedendo à sua inventariação, classificação, conservação e restauro e divulgação;*

*e) Valorizar e preservar os testemunhos que, independentemente do suporte tenham relevância etnográfica ou antropológica com significado para a identidade e memória coletivas;*

*f) Promover e apoiar, em articulação com outras entidades públicas e privadas, projetos, programas, ações e eventos que dinamizem e fomentem uma oferta cultural de qualidade, contribuindo para a prossecução de uma política de descentralização cultural e para o surgimento de novos públicos;*

*g) Apoiar e incentivar a investigação e a divulgação culturais.*

Mais especificamente, o Governo da Região Autónoma da Madeira, pela portaria 62/2012 de 16 de maio de 2012, define a DSMPC como uma “unidade orgânica com atribuições e competências no domínio da organização estratégica, promoção, divulgação e coordenação dos museus tutelados pela DRAC, bem como no domínio da proteção e valorização do património cultural imóvel, móvel e imaterial da RAM”<sup>9</sup>. As suas competências são definidas na mesma portaria, destacando-se de relevo para a Arqueologia as definidas pelas alíneas e) “*Inventariar os bens de valor cultural da RAM, assegurando, para o efeito, o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos mesmos, com vista à respetiva identificação, promoção, divulgação e defesa*”; g) “*Acompanhar e fiscalizar as obras ou intervenções que tenham*

---

<sup>8</sup> Idem, artigo 15º, ponto 3.

<sup>9</sup> “Portaria nº62/2012 de 16 de maio” in *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, série I, nº 59, artigo 5º, ponto 1.



sido autorizadas em bens culturais que, nos termos da lei, estejam classificados ou em vias de classificação” e i) “Proceder à execução, acompanhamento e fiscalização de intervenções arqueológicas”. Assim, verifica-se que a normativa é bastante abrangente no que à intervenção da DRAC|DSMPC diz respeito relativamente ao património arqueológico: tanto pode ser a instituição executora dos trabalhos, como sucedeu neste caso, como proceder apenas à sua fiscalização.

A equipa designada pela DRAC|DSMPC era constituída pelo arqueólogo Daniel Sousa, pelo historiador de arte Filipe Bettencourt, pelos desenhadores Carlos Pereira e Lilibeth Rodrigues e, ainda, pelo fotógrafo Roberto Pereira.

Este tipo de intervenções arqueológicas, principalmente em meio urbano, é uma atividade relativamente recente na ilha da Madeira.

Na verdade, quanto à história da Arqueologia na Região Autónoma da Madeira, António Aragão foi o seu pioneiro, tendo a primeira intervenção decorrido no Convento de Nossa Senhora da Piedade, em Santa Cruz<sup>10</sup>. No Funchal iniciou-se com Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, nas escavações das casas de João Esmeraldo, na Praça de Colombo<sup>11</sup>. Após esta intervenção foram criados o Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar”, a ARCHAIS e o Gabinete de Arqueologia e Restauro da Câmara Municipal do Funchal<sup>12</sup>. Este último realizou intervenções arqueológicas no Funchal<sup>13</sup> no Palácio dos Esmeraldos (1990), a sul da Praça de Colombo (1991-92), no Largo do Pelourinho (1992)<sup>14</sup>, no Palácio dos Cônsules (1994), na Torre do Capitão e

---

<sup>10</sup> SOUSA, Élvio - *Ilhas de Arqueologia. O Quotidiano e a Civilização Material na Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII)*, Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011, Cap. 2.2.2.1, p. 63.

<sup>11</sup> Idem, Cap. 2.2.2.2, pp. 74 e 75.

<sup>12</sup> Idem, pp. 75 e 76.

<sup>13</sup> CARITA & RAMOS, *op.cit.*

<sup>14</sup> É referenciado o forte de São Filipe e o estudo das suas estruturas: «No ano de 1992, foi ainda realizada uma intervenção no Largo do Pelourinho, na área onde se levantara o antigo forte de São Filipe, onde foram estudadas as suas estruturas e recuperados inúmeros elementos de cachimbos dos séculos XVIII e XIX, na área de uma lixeira ali localizada, junto à margem da Ribeira de João Gomes e frente à zona de Santa Maria Maior.» (CARITA & RAMOS, *op.cit.*, p.71).

Também Rui Carita menciona este trabalho num artigo publicado na IIª série da revista *Al-Madan*, nº3 – “O Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal do Funchal”, julho de 1994, pp. 147-48: «Interrompidos os trabalhos nesta área [das escavações nas casas de João Esmeraldo, na Praça de Colombo], de acordo com as directivas recebidas da Câmara Municipal, surgiram entretanto outros, que decorreram na vizinha vila de Santa Cruz e na Praça do Pelourinho. Nesta última área foram estudadas as estruturas remanescentes do antigo forte de S.Filipe, demolido em 1910/20. Igualmente foi localizada uma zona de lixeira e exumadas algumas dezenas de fragmentos de cachimbos de cerâmica quase

Capela de Santo Amaro (1998), no Colégio dos Jesuítas – Pátio dos Estudantes (2000-01), entre outros. Também a Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC) realizou trabalhos de acompanhamento arqueológico na Sé do Funchal, na Capela de Nossa Senhora da Esperança e no Museu da Quinta das Cruzes<sup>15</sup>.

Trataram-se, pois, dos primeiros passos da arqueologia urbana no Funchal, incidindo sobre o denominado *Centro Histórico*<sup>16</sup>, “espaço simbólico por excelência onde são legíveis as memórias da cidade que sobreviveram à erosão do tempo, uma ilha de História na maré suburbana”<sup>17</sup>. Tratam-se de intervenções em que, mais do que a preservação de vestígios arqueológicos, se procura “aceder ao conhecimento das realidades passadas” através desses vestígios<sup>18</sup>. Com efeito, “a identificação desses vestígios, o seu adequado registo e interpretação, constituem o cerne da pesquisa arqueológica, pressupondo a preservação ou exibição das ruínas uma decisão de *patrimonialização*”<sup>19</sup>.

A arqueologia urbana pressupõe dois tipos diferentes de intervenção. Por um lado, intervenções de *avaliação arqueológica* ou *arqueologia preventiva* sobre “qualquer obra com implicações a nível do subsolo (ou demolições de construções) em imóveis ou conjuntos classificados e respectivas áreas de protecção, centros históricos classificados, ou outras áreas reconhecidas como de particular potencial arqueológico”<sup>20</sup>; também em “obras com «significativa transformação da topografia ou paisagem» (lei 107/2001, artº 79º - 4)”<sup>21</sup>, como abertura de túneis rodoviários ou ferroviários, determinadas transformações urbanísticas a grande escala, entre outras. Por outro lado, quer estejam classificados ou não, “em qualquer local podem ocorrer achados

---

branca, geralmente denominados flamengos, mas com marcas de Londres e Glasgow. São exemplares datáveis dos séculos XVII a XIX e semelhantes a outros exumados na praça de Colombo».

<sup>15</sup> SOUSA, Élvio, *op.cit.*, pp.75 e 76.

<sup>16</sup> LEMOS, Francisco de Sande – “O Conceito de Arqueologia Urbana” in *Coleção Fórum. Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos e Arqueologia Urbana*. Lisboa: URBE – Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção, vol. 10, 2005, p. 95.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> SILVA, António Manuel S. P. - “A memória imposta. Algumas reflexões sobre a preservação de ruínas arqueológicas em meio urbano” in *Coleção Fórum. Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos e Arqueologia Urbana*. Lisboa: URBE – Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção, vol. 10, 2005, p. 85.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 87.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

inesperados que motivem a realização de uma intervenção arqueológica particular – situação de *arqueologia de emergência* ou de *salvamento*.”<sup>22</sup>

O acompanhamento e escavação arqueológica efetuada no *Projeto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes* enquadra-se, assim, no primeiro tipo de intervenção supracitado – arqueologia preventiva: foram feitas obras a nível do subsolo ao destruir a antiga Praça da Autonomia e estacionamento subterrâneo sob esta praça, numa área entre duas ribeiras do centro do Funchal com “potencial arqueológico” para construções de estruturas defensivas militares, sendo assim necessário um acompanhamento arqueológico realizado pela equipa de Arqueologia da DRAC|DSMPC.

Assim sendo, após aprovado o já referido projeto para o centro da cidade do Funchal, foi imperativo para a equipa arqueológica realizar sondagens de diagnóstico nos locais que, presumivelmente, seriam mais afetados pela obra, fase que ocorreu entre abril e maio de 2013 (Anexo 5).

Com a “planeada” destruição da margem esquerda da ribeira de Santa Luzia desvendou-se o cunhal oeste da muralha sul do forte de São Filipe. Neste sentido foram criadas duas primeiras sondagens (1 e 2), de maneira a que se pudesse averiguar a continuidade ou não do pano de muralhas para este.

Estas vieram confirmar que a muralha sul do forte de São Filipe seguia para este, revelando uma estrutura de alvenaria regular aparelhada de basalto, com cerca de duas dezenas de marcas de canteiro ao longo da frente-mar da muralha sul (Anexo 6).

Quanto ao intramuros desta muralha, a sul do forte de São Filipe, apareceram algumas cerâmicas. Recolheu-se também, envolvida em entulhos da destruição do estacionamento já referido, uma arma de fogo de grande calibre em ferro fundido.

Foram abertas ainda no início desta empreitada mais duas sondagens de diagnóstico (3 e 4) a norte do forte de São Filipe, uma vez que esta também seria uma área que seria afetada pelo projeto das intervenções.

---

<sup>22</sup> Ibidem.

Ambas identificaram um muro, constituído por uma alvenaria de basalto irregular aparelhado com uma argamassa de cal de cor amarelada, bem diferente da que já tinha sido revelada com as sondagens na muralha sul do forte de São Filipe. Foi feita, então, uma ampliação destas sondagens para verificar se existia continuidade da muralha para este (identificada como “Muralha Norte” no Anexo 5). A estrutura detetada foi interpretada como sendo a cortina da cidade ou muralha sebastianista, a primeira cerca da cidade do Funchal e uma das estruturas planeadas no Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1572). Esta muralha compreendia larguras variáveis entre 1,44m e 1,52m e no seu topo conseguia-se observar um possível pavimento e também um conjunto de contrafortes adossados à muralha. Por estarem adossados, conclui-se que foram adicionados após a construção da cortina da cidade, formando câmaras e antecâmaras que podiam corresponder a áreas de serviços e/ou de caserna. Foi ainda nestas sondagens que foi identificada uma cisterna de forma circular (cisterna I), que se encontrava bastante destruída. Esta possuía também uma construção em alvenaria de basalto irregular aparelhado, mas envolvida por argamassas de coloração castanha-alaranjada.

Nestas quatro sondagens foram encontrados um grande volume de materiais arqueológicos, onde se destaca a cerâmica comum. Os materiais arqueológicos exumados foram classificados como provavelmente do século XV e XVI, uma vez que foram encontrados cerca de dez ceitis, fornecendo uma datação relativa.

Após esta fase, decidiu-se proceder a uma escavação em área, dividindo-se a área de intervenção em quatro setores, de maneira que se tornasse mais fácil controlar os trabalhos e, consequentemente, orientar o registo durante a intervenção arqueológica, facilitando também os estudos realizados após a conclusão dos trabalhos. Os setores foram criados no sentido sul/norte a partir das sondagens de diagnóstico realizadas no início da escavação (Anexo 7):

Setor I – Extramuros muralha sul (Anexo 8);

Setor II – Muralha sul e intramuros (e contrafortes adossados à muralha sebastianista);

Setor III – Muralha sebastianista ou cortina da cidade (Anexo 9);

Setor IV – Área a norte da cortina da cidade; área do antigo Largo do Pelourinho .

### 3. TRABALHOS DE CAMPO E GABINETE

Entre outubro de 2013 e abril de 2014 participámos em diversos trabalhos arqueológicos no âmbito do *Projeto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes*. O trabalho incidiu na escavação dos setores II e IV, tendo também incluído trabalhos de gabinete realizados fora do sítio arqueológico, quer na Biblioteca Regional da Madeira (pesquisas bibliográficas), quer na Direção Regional dos Assuntos Culturais (análise de registos fotográficos das intervenções arqueológicas efetuadas antes de outubro de 2013).

Uma vez que se tratava de uma escavação em contexto de obra, a equipa de arqueologia da DRAC|DSMPC estava sujeita às intervenções projetadas na foz das mencionadas ribeiras, em pleno centro da cidade do Funchal. Por este motivo, tornava-se difícil fazer planos arqueológicos quando os sítios intervencionados pelas empresas detinham prioridade máxima. Assim, ao longo deste estágio foi sempre necessário um constante acompanhamento das escavações mecânicas, principalmente aquelas que afetavam diretamente o património histórico e arqueológico da cidade do Funchal, neste caso as muralhas do forte de São Filipe, a muralha sebastianista e a área circundante ao antigo Largo do Pelourinho, situado a sul da Rua Direita. O ritmo e as prioridades dos trabalhos arqueológicos foram, assim, fortemente condicionados pelas obras.

Quanto à metodologia, antes de se proceder à escavação, era efetuado o levantamento topográfico da área arqueológica, trabalho realizado pelos topógrafos das diferentes empresas de construção civil e engenharia (a AFA, a Tecnovia e a Zagope) contratadas para esta obra. Após a topografia estar concluída, procedia-se à implantação das quadrículas 2x2m nos espaços onde estas ainda não tinham sido colocadas. A cada uma delas foram atribuídos uma letra e um número, sequencialmente. A escavação foi efetuada mecânica ou manualmente, dependendo dos casos: a primeira utilizava como recurso a retroescavadora, enquanto que a segunda se efetuava através de colherim, pá e enxada. As terras provenientes das sondagens eram separadamente crivadas, de forma a garantir uma recolha mais fiel e

sistemática dos materiais. Estes eram colocados dentro de sacos com a etiqueta correspondente, identificando a quadrícula respetiva, assim como o setor, a camada e a data. Caso fosse um artefato ou outro objeto encontrado *in situ*, era georreferenciado (X, Y e Z).

#### **a) Escavação do Setor IV (Anexo 10)**

Foi no setor IV onde se efetuou a maior parte das intervenções arqueológicas, entre outubro de 2013 e abril de 2014.

No início dos trabalhos, foi desmantelado um forno a este do forte de São Filipe, após proceder ao seu registo gráfico e fotográfico, que pertenceria à antiga fábrica de São Filipe ou SOCARMA. Ao longo da intervenção que veio a destruir este depósito de unidade fabril do século XX foi feito um constante registo fotográfico, assim como foram recuperados alguns dos tijolos/blocos de cerâmica pertencentes ao forno, devidamente etiquetados e guardados para posterior inventariação.

Já a oeste do mesmo forte, junto à margem esquerda da ribeira de Santa Luzia, foi colocada uma “manta” de geotêxtil para cobrir as estruturas expostas, enquanto se removia um dos restantes muros da fábrica já mencionada (Anexo 11). Com a destruição desse muro, previamente desenhado e fotografado, seguiu-se a remoção do entulho, constituído por nódulos de cal e materiais de construção, sempre com acompanhamento arqueológico da escavação mecânica (quando a retroescavadora retirava a maior parte dos sedimentos), mas também quando era utilizada a enxada e pá para remoção do entulho remanescente. O entulho era, então, colocado num veículo de carga, sendo procedida à sua remoção a vazadouro, momentos que aproveitávamos para proceder ao registo fotográfico das intervenções e à embalagem e etiquetagem dos materiais arqueológicos recolhidos (cerâmica comum, principalmente), identificando o setor, a(s) quadrícula(s) onde os materiais eram retirados, a camada e a data.

Depois de removido o entulho, ainda na intervenção junto à margem esquerda da ribeira de Santa Luzia, atingimos um nível arqueológico marcado pela presença de

telhas de fábrica e sedimento de coloração mais amarelada. Com o prosseguimento da escavação mecânica/manual, foram encontrados outros muros pertencentes, possivelmente, ao forte de São Filipe. Sob essas estruturas foi encontrado um aparente entesouramento, onde se pôde descobrir inicialmente cerca de 18 a 20 numismas em liga de cobre, oxidada, possivelmente ceitis, parcialmente corroídos. Estas moedas apresentavam um diâmetro de 1 a 2 cm e não apresentavam qualquer gravura claramente reconhecível. À medida que a escavação continuava naquele sítio foram desenterrados, no total, cerca de 60 numismas, predominantemente ceitis. O sedimento proveniente destas quadrículas junto aos muros era pouco compacta, com materiais pétreos de pequeno, médio e grande porte, acompanhado de fauna mamalógica, fragmentos de cerâmica comum e de faiança, pregos e outros materiais de construção, especialmente telha. Para além deste espólio arqueológico detetado em quantidades apreciáveis, apareciam mais raramente fragmentos de cachimbo (principalmente de caulino), ceitis e medalhas e botões, tanto de vestuário civil como militar.

Mais tarde no estágio continuou-se a demolição do muro da fábrica de São Filipe (Anexos 12A e 12B), com o intuito de registar as diferentes ocupações naquele sítio, preservando-se os elementos com maior importância histórica ou cultural, coincidentes com uma das ocupações mais antigas da cidade do Funchal. Após o desmonte deste muro seguiu-se a remoção dos seus destroços.

No corte norte, junto ao edifício Armazéns Oliveira, foi possível ver um pavimento diretamente no corte, onde foram encontradas cerca de 30 moedas parcialmente corroídas, todas elas georreferenciadas e com a respetiva etiqueta a indicar o setor, as camadas, a data. Esta calçada estava sob uma viga de cimento (possivelmente da Fábrica de São Filipe/SOCARMA), colocada junto a uma soleira de uma porta (cota 5,23), que fazia parte do antigo edifício Armazéns Oliveira, hoje a uma cota superior e mais a norte (Anexo 13).

Ainda no mesmo sítio, junto à margem esquerda da ribeira de Santa Luzia, foi também realizado o acompanhamento da escavação mecânica para a construção dos restantes pilares/sapatas, não tendo sido descoberto quaisquer materiais de relevo.

Uns meses depois houve uma intervenção da empresa AFA na área com o intuito de afundar cerca de três metros abaixo da cota das ruínas, de modo a construir pilares de suporte a uma infraestrutura de transporte públicos que seria implantado numa cota superior às ruínas arqueológicas. Por este motivo foi necessário destruir algumas das estruturas, devidamente registadas gráfica e fotograficamente, com a ajuda da retroescavadora e com o devido acompanhamento arqueológico da escavação mecânica. Aquando desta intervenção foi descoberto um forno antigo em pedra de cantaria vermelha sob uma viga de betão de uma obra anterior naquele local (Anexo 14). Infelizmente, o forno tinha sido preenchido com cimento; este auxiliou à sua preservação *in situ*, mas levou à alteração da conformação da estrutura, tendo ainda impossibilitado que uma escavação se realizasse sem que o objeto fosse parcialmente destruído.

Ao avançar a intervenção arqueológica para este começámos a escavar a câmara onde anteriormente foi encontrada a calçada dos anos de Quinhentos (Anexos 15 e 16). Esta calçada (cota 2,82), supunha-se que poderia ser uma das primeiras calçadas da ocupação madeirense no centro do Funchal nos anos de Quinhentos, através da datação relativa causada pelo aparecimento de três ceitis. Nesta limpeza e definição da calçada foram encontrados alguns fragmentos de espólio cerâmico, fragmentos de vidro, fauna mamalógica e malacológica, faiança, assim como alguns alfinetes. Aqui foi também posta a descoberto uma calçada de calhau rolado (mais recente que a anterior; cota 4,16), posteriormente definida com a ajuda do colherim (Anexos 17 e 18).

Na sua porção nascente, parcialmente destruída, foi descoberta uma outra calçada num nível estratigráfico superior (cota 4,48), portanto mais recente (Anexo 19). Esta foi registada graficamente e fotografada. A datação absoluta da primeira não é ainda possível apresentar, principalmente por não ter sido realizado o estudo dos materiais provenientes deste pavimento. No entanto, este foi identificado na camada 15 do corte estratigráfico presente nesta praça do pelourinho. No respetivo desenho gráfico (Anexo 20) podemos encontrar as seguintes camadas:

**C1** – Calçada portuguesa.



- C2** – Estrutura de nivelamento (arenosa/grão fino/solta) embalando pedras de pequena dimensão.
- C3** – Camada composta por matriz arenosa de grão fino, médio e grosso; apresenta alguns nódulos de argila com incrustações de cascalho e saibro – nível preparatório.
- C4** – Embasamento e circunscrição do pelourinho de 1990.
- C5** – Enchimento composto por entulhos para o embasamento do pelourinho (centro).
- C6** – Calçada em calhau rolado composto por seixos de pequena dimensão envolta por argila de coloração amarela (Largo do Pelourinho século XIX-XX)
- C7** – Camada localizada sub-calçada de calhau rolado composta por nódulos de saibro (2mm-8mm); camada de nivelamento para o assentamento da calçada.
- C8** – Camada areno-argilosa, embalando pedras de pequena e média dimensão, apresentando alguns nódulos de cal e traços de cerâmica e carvão; camada preparatória.
- C9** – Vala para fixação da linha pluvial; camada composta por elementos betaminosos.
- C10** – Manilha para escoamento de águas pluviais.
- C11** – Abertura de vala composta por elementos pétreos de pequena e média dimensão envolvidos por uma matriz de entulho recente (fixação da rede de esgoto).
- C12** – Manilha de grande dimensão (rede de esgoto).
- C13** – Camada composta por uma grande massa de entulho; nível de enchimento, apresenta pedras de pequena, média e grande dimensão, pregos, cerâmica comum, nódulos de cal e fragmentos de telha.
- C13a e C13b** – Bolsas de entulho.
- C14** – Nível de condenação da calçada após a aluvião de 1803.
- C15** – Nível de calçada organizada por seixos de pequena, média e grande dimensão, envolvidos por uma língua de argila, possivelmente datada do século XVI/XVII. A calçada perfazia pontualmente elementos decorativos (geométricos) (Anexos 21A e 21B).
- C16** – Nível constituído por elementos pétreos (rolado) de pequena, média e grande dimensão, embalado por matéria arenosa de ribeira (1mm-1cm). Provavelmente aluvião de 1611 ou anterior.
- C17** – Camada preparatória de nivelamento entre factores coluvionais. A matriz é composta por uma camada areno-argilosa de coloração amarela-esbranquiçada,

embalando frequentes nódulos de cal e elementos de cariz arqueológico (cerâmica comum, telha)

**C18** – Nível coluvionar (aluvião).

**C19** – Camada de nivelamento composto por matéria argilosa embalando cultura material, pequenos nódulos de cal e carvão.

**C20** – Nível preparatório composto por matéria areno-argilosa de coloração castanha-amarelada; embala cultura material cerâmica e nódulos de cal.

**C21** – Nível aluvionar constituído por elementos basálticos de pequena, média e grande dimensão, fixando frequentes elementos de cultura material

**C22** – Nível composto por elementos de areão de ribeira compactado no topo.

**C23** – Nível de condenação da calçada quinhentista constituída por uma pequena língua de argila de coloração acastanhada (Anexo 15).

**C24** – Calçada Quinhentista.

**C24a** – Muro do Forte de S. Filipe.

Foi então posta a descoberto uma extensa porção da calçada mais antiga (camada 15), tendo a equipa arqueológica se certificado de que as terras escavadas eram crivadas e os materiais eram recolhidos e armazenados com as respetivas etiquetas. O espólio era constituído maioritariamente por vidros, cerâmica comum, faiança, fauna mamalógica e malacológica, provavelmente do século XVI/XVII. Com o alargamento da área de intervenção para norte, já após o término deste estágio, veio-se a perceber que esta estrutura correspondia, aparentemente, à antiga calçada do Largo do Pelourinho, a sul da Rua Direita, uma das ruas mais importantes do Funchal nos séculos XV e XVI.

Ainda neste setor, junto à muralha sebastianista, foi realizada uma sondagem uma vez que a escassa cartografia e desenhos inerentes ao forte de São Filipe da época mostravam que existia um aparente poço-cisterna naquela fortaleza.

O acompanhamento mecânico desta área confirmou a descoberta de uma cisterna de conformação aparentemente quadrada (a quarta das cisternas já encontradas), tendo sido rotulada de Cisterna IV. Esta foi integralmente escavada, dividindo-se as suas camadas através da cotagem de cinco pontos que foram

considerados essenciais: os quatro cantos e o centro; quando aparecia cultura material *in situ*, esta também era cotada (Anexo 22).

Com o prosseguimento da escavação deste poço reconheceram-se seis camadas. Foi especialmente na camada 5 onde apareceu uma grande quantidade de cultura material, entre os quais se encontram pratos, potes e jarros, tanto de cerâmica comum como de faiança, por vezes com perfis inteiros (confirmando que a cisterna recolhia, assim, todas as condições propícias para uma ótima conservação deste espólio), assim como outros objetos importantes para a vida quotidiana da época tais como alfinetes, cachimbo, uma colher e uma faca. Ainda se acrescenta a exumação de fragmentos de formas de açúcar, cujo estudo será importante para fomentar o nosso conhecimento sobre a história da produção açucareira da Madeira nos séculos XV e XVI. Foram ainda encontrados macrorrestos de vegetais, em especial aparentes caroços de pêssago, de abóbora, de cereja, de noz e de outros frutos e plantas que irão ser posteriormente estudados e, assim, perceber um pouco mais da dieta alimentar da sociedade madeirense da época (Anexo 23).

A importância dos materiais recuperados prende-se com o fato de um grande número destes apresentar perfis completos. Estes não foram estudados durante o período de estágio, pelo que a sua verdadeira importância cultural não é ainda inteiramente conhecida.

Ao mesmo tempo que se escavava a cisterna IV, foi feito o desmonte do pelourinho, com a supervisão da arqueóloga da Câmara Municipal do Funchal (Anexo 24). O pelourinho, desde o início da empreitada, estava numa zona que seria afetada pelo projeto e, com as intervenções (não só arqueológicas) naquela zona, sujeitava-se às condições que o rodeavam, ainda que protegido por um geotêxtil. O desmonte foi feito até à base, sob os degraus e foi escavada a calçada de calhau rolado que se encontrava junto ao perfil este desta estrutura (calçada mais recente do Anexo 19). Na sua limpeza e definição foi encontrada uma abundante cultura material: cerâmica comum, envernizada e grés (peças muito fragmentadas); faiança; vidro; fauna, mamalógica e malacológica; ferro; alfinetes; botões (um de farda simples e outro também aparentemente de farda apresentando a imagem de três canhões); um puxador de gaveta ou de uma porta, assim como escassos fragmentos de cachimbo.

No extremo este deste setor IV, junto à margem direita da ribeira de João Gomes, tornou-se necessário um acompanhamento da escavação mecânica. Nesta área teriam de ser implantadas três de oito sapatas/pilares de suporte a uma ponte pertencente ao Projeto de Intervenção (descritas como “P1”, “P2” e “P3”). Após atingir a profundidade necessária para implantar as sapatas, cerca de 5 metros, foi feito o registo fotográfico dos cortes N, S, E e W para a sapata “P1” e para a “P2 ” (Anexo 25).

Durante o acompanhamento, foi descoberto o antigo muro da margem direita da ribeira de João Gomes, provavelmente anterior ao século XX (Anexo 26). Perpendicularmente a este muro, foi retirado o geotêxtil a uma muralha identificada no início do projeto (representada no Anexo 25), parecendo estar no seguimento, embora não comprovado, da primeira cerca do Funchal - a cortina da cidade ou muralha sebastianista. Sob uma pedra de grande volume, encostada a sul deste muro, foi encontrada uma pipa (Anexo 27), destruída possivelmente aquando de uma aluvião (talvez a de 1803). A metade superior da pipa encontrava-se destruída por compressão pela pedra de grande dimensão, mas a metade inferior aparentava estar intata. A escavação junto à pipa não proporcionou nenhuma cultura material, exceto algumas madeiras soltas, ligas de ferro soltas e hulha.

A norte e paralela a esta muralha (pertencente, talvez, à cortina da cidade), foi encontrado a uma cota inferior um pequeno troço de outra orientada no sentido este-oeste, possivelmente parte do forte de São Filipe, visto possuir um sistema construtivo bastante semelhante aos segmentos anteriormente referidos. Esta muralha parecia ser a continuidade para este da fortificação, embora não tivesse sido possível comprovar esta suposição até ao momento. A manutenção desta não era compatível com o Projeto, já que naquele espaço seria construída uma base de suporte à estrada ou ponte, obrigando à sua demolição parcial. Antes disso foi feito um rigoroso registo gráfico acompanhado de cotas e um registo fotográfico antes e durante a demolição da estrutura militar (Anexo 28).

## **b) Escavação do Setor II (Anexo 29)**

Os trabalhos neste setor corresponderam às intervenções que se realizaram no intramuros da muralha sul durante o estágio.

Em janeiro de 2014, quando as escavações foram retomadas pós-época natalícia, foi necessária uma limpeza geral do sítio, devido à acumulação de materiais advindos das festas da cidade (que se realizam a nordeste do sítio arqueológico, próximo à margem esquerda da ribeira de João Gomes) e pela intensa pluviosidade que ocorreu nestes dias.

Estas limpezas permitiram o reconhecimento, por um dos trabalhadores da equipa arqueológica, de um objeto em ferro no intramuros, junto à muralha sul. Este objeto, que anteriormente não era visível à superfície, foi identificado após limpeza como sendo a boca de um canhão (Anexo 30). A sua exumação foi feita sob a nossa orientação.

Inicialmente foi feita uma limpeza mais específica da área circundante ao canhão para serem implantadas as quadrículas daquela área, trabalho realizado pelos topógrafos de uma das empresas de construção (Anexo 31). Quando os pontos estavam marcados, ficaram definidas as quadrículas T'35, U'35 e V'35. Antes de proceder à escavação foi feito o registo fotográfico e um “croqui” (Anexo 32). Estas quadrículas começaram a ser escavadas a partir da camada 13, uma vez que a camada 12 foi a última a ser escavada nas sondagens realizadas neste setor no início da intervenção arqueológica, em abril/maio de 2013.

A partir das camadas 15/16 tornou-se difícil distinguir as camadas seguintes e prosseguir com a escavação. As recorrentes inundações nestas sondagens, devido à aproximação ao nível da água do mar, tornaram a escavação complexa. Nestas últimas camadas foram encontradas, junto ao canhão, lajes desalinhadas e destruídas (Anexo 33) que poderiam corresponder ao pavimento encontrado no topo da muralha sebastianista, já que estas aparentavam ser similares. O fato de as lajes se encontrarem longe do possível sítio original pode ser explicado através do

acontecimento que assolou a cidade do Funchal nos inícios do século XIX: a aluvião de 1803.

A cerca de 1,20m da boca do canhão, encontrámos os munhões desta arma de fogo. Uma vez que o objetivo principal era retirar o canhão intacto, os trabalhadores criaram uma estrutura em madeira para suportar o seu peso e evitar que este se mexesse enquanto se escavava em seu redor (Anexo 34).

A partir do momento em que encontrámos os munhões fez-se a exumação do canhão, recorrendo à utilização de uma cinta amarrada a uma grua (Anexo 35). Como solução temporária, uma vez que não havia um sítio imediato onde o canhão pudesse ser colocado e preservado, foi construída, junto ao estabelecimento reservado para a arqueologia, uma caixa em madeira feita à medida do canhão, forrada no interior com plástico. O canhão ficou então submerso em água com soda cáustica (2% de soda cáustica em relação à água, que equivalia a 39kg), de modo a preservar e limpar a sua superfície.

No extremo este do forte de São Filipe, junto à muralha sul, foi feito um acompanhamento à intervenção, por vezes com escavação mecânica, para a implantação de sapatas/pilares de suporte à ponte. Esta intervenção afetava diretamente uma parte da muralha sul, que se encontrava com diversas fraturas (possivelmente devido à aluvião de 1803), possuindo algumas marcas de canteiro, que já tinham sido devidamente registadas gráfica e fotograficamente. O mesmo acompanhamento foi feito no final do estágio para a parte oeste da muralha sul, no intramuros, também para a implantação dos pilares de suporte à ponte.

### c) Trabalhos de gabinete

Um dos primeiros trabalhos foi uma análise à bibliografia e cartografia existente, bem como uma explicação do arqueólogo Daniel Sousa acerca do que já havia sido feito nos meses anteriores, complementando a informação com o *Relatório Intercalar de Avaliação de Impactes Patrimoniais no Projeto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes*<sup>23</sup>, que descreve os resultados das primeiras sondagens implantadas no forte de São Filipe em abril/maio de 2013.

Num segundo momento, durante cerca de duas semanas em finais do mês de novembro, as escavações foram interrompidas por falta de trabalhadores nas áreas onde se estava a intervir arqueologicamente, já que estes eram maioritariamente cedidos pelas empresas de construção civil e engenharia. Estes dias foram aproveitados para aprofundar a pesquisa bibliográfica sobre as ruínas do forte de São Filipe, assim como rever alguns temas da Arqueologia no que toca aos métodos de prospeção, escavação e datação<sup>24</sup>.

Aqui também houve a oportunidade de ver as fotografias registadas por Roberto Pereira, o fotógrafo da equipa de Arqueologia da DRAC|DSMPC, sobre as escavações arqueológicas no forte de São Filipe, desde o início das intervenções neste sítio (abril/maio de 2013) até o início deste estágio (outubro/novembro de 2013). Com isto foi possível complementar os conhecimentos sobre o início da escavação nesta empreitada, informação que foi sendo aprofundada à medida que o estágio prosseguia e de que se deu conta acima.

---

<sup>23</sup> SOUSA, Daniel - *Relatório Intercalar de Avaliação de Impactes Patrimoniais no Projeto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes*. Funchal: DRAC|DSMPC, maio de 2013.

<sup>24</sup> BICHO, Nuno Ferreira - *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*, Lisboa: Edições 70, 2006, parte II (pp. 83-88): cap.3 - "Técnicas de Prospeção Arqueológica" (pp. 89-144) e cap.4 - "A Escavação Arqueológica" (pp. 145-186); parte III (pp. 187-192): cap.5 - "Métodos de Datação Relativa: Tipologia e Seriação" (pp. 193-210) e cap.7 - "A Datação Absoluta Radiométrica: Radiocarbono, Potássio-Árgon, Séries de Urânio, Luminescência, Ressonância de SPIN e Rastos de Fissão" (pp. 235-272).

#### 4. NOTAS INTERPRETATIVAS

*O Projeto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes* localiza-se numa área do Funchal de grande importância histórica, demonstrada pelas descobertas citadas no capítulo anterior, principalmente no sítio entre as ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes.

Com a descoberta do arquipélago da Madeira em 1419, Tristão Vaz Teixeira, Bartolomeu Perestrelo e João Gonçalves Zarco, receberam as capitânias de Machico (1440), do Porto Santo (1446) e do Funchal (1450), respetivamente<sup>25</sup>, cidades com um rápido crescimento populacional.

Consequentemente, povoaram-se as ilhas atlânticas, cujas cidades foram construídas a partir de um modelo de referência – as cidades do território continental<sup>26</sup> e, por essa razão, apresentam características morfológicas semelhantes:

*“(...)os núcleos urbanos primitivos eram implantados em baías abrigadas e com boa capacidade de defesa. (...) era comum estes núcleos urbanos desenvolverem-se, inicialmente, ao longo de um caminho paralelo ao mar, que ligava o núcleo de ocupação primitiva à casa do donatário ou a uma capela localizada num dos extremos deste caminho. Numa fase posterior, iam surgindo ruas paralelas e perpendiculares à primitiva, por onde os núcleos se expandiam”<sup>27</sup>.*

Com o rápido crescimento do Funchal, este foi elevado à categoria de vila e de sede de concelho na década de 1450, fato relacionado com a exponencial produção e exportação do açúcar. Uma primeira “modernização” da cidade ocorreu nos finais do século XV e inícios do século XVI<sup>28</sup>, por ordem de D. Manuel I. Numa das suas cartas,

---

<sup>25</sup> SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. (direção), “O Arquipélago da Madeira” in *Nova História da Expansão Portuguesa – A Colonização Atlântica*, Vol. III - Tomo 1, 2005, cap. 2, p. 80.

<sup>26</sup> TEIXEIRA, M. C. & VALLA, M. - *O urbanismo português. Séculos XIII – XVIII*. Portugal – Brasil: Livros Horizonte, 1999, p. 48.

<sup>27</sup> BETTENCOURT, Luísa - *A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2007, p. 52.

<sup>28</sup> BETTENCOURT, Luísa, *op.cit*, p.54.



datada de 13 de Setembro de 1484<sup>29</sup>, este manda construir a “ygreja do funchall”<sup>30</sup> e “praça E camara E paaço de tabaliãees E picota”, no “lugar mais conveniente e no meio da povoação”<sup>31</sup>. Numa carta de 21 de Junho de 1493<sup>32</sup>, D. Manuel também mandou erguer “çerca E muros nesta villa do funchall”. Esta “çerca” estaria “entre a ribeira de São Francisco e de Santa Luzia e que chegue junto com o mar e que deve ser da grandeza ao menos tamanha como Setubal”<sup>33</sup>. Mas, em Janeiro de 1494, D. João II<sup>34</sup> cancelou estas construções: “nom se façam açerqua E muros que mandou fazer”. Ao invés, que se fizessem “alguns baluartes, aqueles que necessários forem e assim se tapem alguns portais onde cumprir de se taparem, para boa defesa e guarda da dita Ilha”<sup>35</sup>.

Gaspar Frutuoso diz-nos que o Funchal “sempre foi vila até o tempo de el-Rei Dom Manuel, que a fez cidade e a acrescentou, e enobreceu com obras que nela mandou fazer”<sup>36</sup>. De fato, este crescimento exponencial levou a que o Funchal fosse elevado à categoria de cidade durante o reinado de D. Manuel I, a 21 de Agosto de 1508<sup>37</sup>.

Quanto à ocupação primitiva do Funchal, existem duas teorias distintas. Alguns autores parecem acreditar que a cidade se desenvolveu a partir do ocidente, junto a Santa Catarina, uma vez que o primeiro capitão-donatário construiu a sua primeira casa de madeira nesse sítio, assim como a capela de Santa Catarina, em 1425<sup>38</sup>. Mas é

---

<sup>29</sup> Doc. nº 90, 13 de Setembro de 1484, *Carta do duque em que manda que Requerem has cousas que som necessareas aesta villa* – Arquivo Distrital do Funchal, Arquivo Histórico da Madeira, Boletim do Arquivo Distrital do Funchal, Funchal: D.R.A.C., 1972, Vol. XV, pp. 139 e 140.

<sup>30</sup> Doc. nº 95, 22 de Março de 1485, *Apontamentos del Rey dom manuell Sendo Duque pera esta ylha Da madeyra*, op. cit., pp. 147-156.

<sup>31</sup> Doc. nº 112, 3 de Outubro de 1486, *Carta do duque em que manda fazer praça E camara E paaço de tabaliãees E picota em esta vila* – Arquivo Distrital do Funchal, Arquivo Histórico da Madeira, Boletim do Arquivo Distrital do Funchal, 1973, Vol. XVI, pp. 200 e 201.

<sup>32</sup> Doc. nº 169, de 21 de Junho de 1493 – Carta do duque Em que mamda que se faça çerca E muros nesta villa dofunchall, op. Cit., pp. 284-288.

<sup>33</sup> Ibidem.

<sup>34</sup> Doc. nº 173, de 9 de Janeiro de 1494 – Carta del Rey em que manda que nom se façam açerqua E muros que mandou fazer, op. Cit., pp. 292 e 293.

<sup>35</sup> Ibidem.

<sup>36</sup> FRUTUOSO, Gaspar - *Livro Segundo das Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1584, pág. 98.

<sup>37</sup> BETTENCOURT, Luísa, op. Cit., p. 66.

<sup>38</sup> BETTENCOURT, Luísa, op. Cit, pp. 57 e 58.

a outra teoria que tem maior difusão entre a comunidade científica, que considera que o núcleo de ocupação primitivo localizava-se na zona leste do Funchal – Santa Maria ou Santa Maria do Calhau<sup>39</sup>. Nesta zona, segundo António Aragão<sup>40</sup>, existia uma pequena igreja (Igreja de Santa Maria do Calhau), um “chão” que “servia de espaço social de convívio e comércio”, assim como um “improvisado cemitério” e um poço público. A área urbana de Santa Maria do Calhau estendia-se desde a Ribeira de Santa Maria até ao Corpo Santo. Surgiu, assim, a Rua de Santa Maria<sup>41</sup>.

Assim, e segundo Aragão, “duas áreas urbanas começam a distinguir-se e a afastar-se uma da outra ao longo da baía do Funchal”: a nascente, “o povoado primitivo de Santa Maria do Calhau” e, a poente, “no espaço compreendido entre as três ribeiras”, “os alicerces da futura cidade açucareira”<sup>42</sup>.

O Funchal do século XVI foi marcado pela prosperidade que a produção e comércio do açúcar proporcionou, mas também por grandes “calamidades”<sup>43</sup>: invasões de corsários<sup>44</sup>, incêndios e aluviões. Foi com esta prosperidade que se construiu a Igreja da Sé e a sua praça – “Hum campo tão grande que correu nelle touros e cavallos, jogão às canas e fazem outras festas”<sup>45</sup> – e “a Praça Nova, dita apenas do Pelourinho, rodeada de boas casas sobradadas, com janelas de mármore, pelourinho a preceito” e “telhados coroados de ameias”<sup>46</sup>.

Foi entre a ribeira de Santa Luzia e a ribeira de João Gomes que se criou no século XV a praça da cidade do Funchal e onde se implantou o pelourinho. Esta praça era denominada de Praça da Alfândega, pois naquele sítio foi também construída aqui a primitiva Alfândega, em 1477, sendo atualmente conhecida como Largo do Pelourinho.

---

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> ARAGÃO, António - *O espírito do lugar. A cidade do Funchal*. Lisboa: Pedro Ferreira Editor, 1992, p. 21.

<sup>41</sup> BETTENCOURT, Luísa, op. Cit., p.58.

<sup>42</sup> ARAGÃO, op. Cit., pp. 27 e 31.

<sup>43</sup> BETTENCOURT, Luísa, op.cit., p.69.

<sup>44</sup> “revelando a falta de segurança e a necessidade de construir um eficaz sistema de fortificações.” (Ibidem)

<sup>45</sup> ARAGÃO, António, op.cit., p.70.

<sup>46</sup> Idem, p.62.

As primeiras referências a um pelourinho no Funchal surgem numa vereação camarária de 27 de junho de 1471. Este documento revela que existiam no Funchal de finais do século XV dois pelourinhos, um no Campo do Duque, outro perto da alfândega. Outra referência sobre o pelourinho surge numa carta de 3 de outubro de 1486 de D. Manuel, então duque de Viseu e mestre da Ordem de Cristo<sup>47</sup>. A carta diz que D. Manuel I encomendou a Brás Afonso que fosse feita uma praça «*no seu chão*» e nela um conjunto de edificações centrais ao exercício do poder dentre as quais «(...) e *pêra consiguiente se fizesse nella huma muy boa picota...*»<sup>48</sup>. O pelourinho era um símbolo de justiça dos membros da sociedade da época que pertencessem à classe inferior. As penas executadas no pelourinho resumiam-se a açoites e, por vezes, mutilação. Era também no pelourinho que se afixavam “editais, anúncios e outras ordens municipais de interesse público”<sup>49</sup>. Foi no seguimento da Revolução Liberal de 1820, que, a 3 de novembro de 1835, se deu a ordem de destruir todos estes monumentos em pedra, «visto ser um emblema dos tempos feudais, e não estar em harmonia com os costumes actuais, mandando-se guardar as pedras que se tirarem»<sup>50</sup>.

Foi a partir da Praça do Pelourinho que foi criada a Rua Direita (ou Rua Direita dos Mercadores), uma das maiores e mais importantes ruas do Funchal no século XVI, que Gaspar Frutuoso comenta: “(...) e no começo dela [Rua Direita], junto de Nossa Senhora do Calhau, está uma não muito grande, mas formosa e cercada praça, de boas casas sobradadas, algumas de dois sobrados, com um rico pelourinho de jaspe (...)”<sup>51</sup>.

Embora previamente existissem documentos que apontavam para a existência, no arqueossítio, do pelourinho construído no século XVI (Anexo 36), não foram encontrados indícios materiais que o confirmassem. No entanto, após o seu término, a equipa de Arqueologia pôs a descoberto o possível embasamento do pelourinho

---

<sup>47</sup> Descrição do pelourinho do Funchal no sítio da internet do Museu da Quinta das Cruzes. Disponível: <http://mqc.gov-madeira.pt/pt-PT/Coleccoes/escultura/ContentDetail.aspx?id=149> (acessado a 6 de Novembro de 2013).

<sup>48</sup> COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal século XV*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1994, p.4.

<sup>49</sup> VIEIRA, Alberto - *O Pelourinho da Vila de São Vicente*. 2009. Disponível: <http://arquivohistoricomadeira.blogspot.pt/2009/03/o-pelourinho-da-vila-de-sao-vicente-por.html> [acedido a 28 de setembro de 2014].

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> FRUTUOSO, Gaspar - *Livro Segundo das Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1584, Cap. 16º, pp. 111 e 112.

original a sul da Rua Direita, assim como também se exumou um aparente capitel, que faria parte desta estrutura original. Esta suposição é possível através de comparação com o tipo construtivo da estrutura recuperada aquando do seu desmonte em 1820 e que se conserva no Museu da Quinta das Cruzes, no Funchal (Anexo 37).

Em relação à parte defensiva da cidade do Funchal, foi em 1513 que João de Cáceres foi encarregue de construir um baluarte e o muro de defesa do Funchal, concluídos em 1542<sup>52</sup>. Aragão diz-nos que em 1553 a fortaleza da cidade “se encontrava por acabar e que da parte da cidade ela possuía um muro muito baixo e vulnerável”<sup>53</sup>. Gaspar Frutuoso acrescenta que este muro “não era mais alto que doze palmos por aquela parte de além da porta do baluarte, que é a banda do Norte”<sup>54</sup>.

A prosperidade da Madeira em finais do século XV tornou cada vez mais necessária uma rede de estruturas defensivas que protegessem a cidade de potenciais ataques corsários. Só a partir de 3 de outubro de 1566, com o ataque do corsário francês Bertrand de Montluc é que vão ser feitos planos para bem fortificar a cidade. Foi chamado então Mateus Fernandes, denominado também de mestre das obras reais, que chegou à ilha um ano depois do saque do Funchal, em 1567<sup>55</sup>. Este foi responsável pela construção das muralhas da ribeira de Nossa Senhora do Calhau (ribeira de João Gomes) e da ribeira de São João<sup>56</sup>, assim como promulgou o *Regimento de Fortificação de D. Sebastião* (1572). Este regimento prevê a construção da cortina da cidade (ou muralha sebastianista), obras na fortaleza de São Lourenço, a construção da fortaleza Nova ou do Pelourinho (ou forte de São Filipe) e outras estruturas defensivas junto às ribeiras do Funchal<sup>57</sup>.

Usando como recurso a cartografia podemos comparar dois mapas da época do fortificador Mateus Fernandes para demonstrar o antes e depois do *Regimento*, indicando as diferenças que este fez a nível militar na ilha.

---

<sup>52</sup> CARITA, Rui - *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)*. Funchal: S. R. E., 1984, pág. 28.

<sup>53</sup> ARAGÃO, António - *Para a história do Funchal*. Funchal: S.R.E.C./DRAC, 1987, pág. 236.

<sup>54</sup> Frutuoso, *op. cit*, Cap. 45º, pág. 343.

<sup>55</sup> Carita, Rui - *A Planta do Funchal de Mateus Fernandes (c.1570)*, Coimbra: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1983, cap. 2, p.14.

<sup>56</sup> BETTENCOURT, Luísa, *op.cit*, p. 85.

<sup>57</sup> CARITA, Rui, *idem*.

Olhando para os dois mapas (Anexos 38 e 39) observamos o que parece ser um planeamento de uma monumental fortificação na porção este do mapa, mas também “a não existência da Fortaleza de São Tiago (1614), de São Filipe (ou do Largo do Pelourinho, iniciada c. de 1580), assim como de quaisquer das obras determinadas pelo Regimento de D. Sebastião (baluartes e reformulação geral da Fortaleza de São Lourenço, (...))” indica que o mapa é anterior ao *Regimento de Fortificação* de 1572<sup>58</sup>. No segundo mapa (Anexo 39) já conseguimos destacar a construção da muralha que cercava a cidade do Funchal (a vermelho), assim como a construção dos baluartes da Fortaleza Velha (de São Lourenço) e a construção da Fortaleza Nova ou do Pelourinho ou Forte de São Filipe (pequeno rectângulo), construções estas definidas no *Regimento*.

A muralha sebastianista (ou cortina da cidade), presente no setor III da intervenção arqueológica do *Projeto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes*, foi a primeira cerca do Funchal.

De fato, sabemos que esta possuía duas muralhas de sentido sul-norte que flanqueavam a cidade do Funchal tanto a nascente como a poente: a primeira acompanhava a margem direita da ribeira de João Gomes e acabava perto do Morro da Pena, onde podemos ainda hoje observar um pequeno testemunho desta muralha; a segunda erguia-se pela margem esquerda da ribeira de São João (ou ribeira Grande), ligando à fortaleza do Pico ou de São João Baptista, que se localiza no Pico dos Frias (Anexo 39).

A cortina percorria a frente-mar da cidade do Funchal desde a margem esquerda da ribeira de São João (ou ribeira Grande), passando pela fortaleza de São Lourenço e pela ribeira de Santa Luzia e terminando na margem direita da ribeira de João Gomes.

Durante a intervenção arqueológica no setor III foi descoberta um pequeno troço da cortina que ligava a ribeira de Santa Luzia à ribeira de João Gomes e cercava a cidade do Funchal.

---

<sup>58</sup> Ibidem.

Numa análise preliminar da muralha sebastianista, realizada no decorrer desta escavação, foi confirmado que esta apresenta um aparelho de construção arcaico irregular em alvenaria de basalto, complementada com argamassa de cal nos interstícios dos silhares. Esta compreendia uma largura variável entre 1,44m e 1,52m. No topo da muralha verificou-se alguns possíveis pavimentos, assim como uma cisterna.

Também são notórias destruições pontuais no plano virado a oeste, devido às sucessivas ocupações existentes naquele espaço, como por exemplo a construção do estacionamento subterrâneo do Largo do Pelourinho e a inserção das redes de água e esgotos, principalmente a partir do século XIX. A muralha sebastianista também sofreu algumas alterações aquando da construção do forte de São Filipe.

Tal como a construção da muralha sebastianista, fazia parte do plano de Mateus Fernandes para fortificar a cidade do Funchal erigir o forte de São Filipe, através do *Regimento de Fortificação*, de 1572.

A *Fortaleza Nova*, “(...) concluída antes de 1582, recebeu o nome de Fortaleza da Praça ou do Pelourinho, devido à sua localização junto à Praça do Pelourinho”<sup>59</sup>. Segundo Aragão, esta Fortaleza era também conhecida como Fortaleza de S. Filipe, uma vez que S. Filipe era o seu patrono<sup>60</sup>.

Aquando da construção do forte de São Filipe, foram adossados contrafortes à muralha sebastianista, tanto a sul como a norte, criando câmaras e antecâmaras separadas por outros contrafortes que correspondem, possivelmente, a áreas de serviços e/ou de caserna. Nas análises preliminares das câmaras e antecâmaras foi encontrada uma calçada possivelmente do século XV/XVI. Estes contrafortes eram constituídos por uma argamassa de cal e preenchidos principalmente com diversos elementos, nomeadamente fragmentos de formas de açúcar, tijolo dos séculos XV e/ou XVI, assim como outros materiais de construção.

A história desta estrutura pode ser encontrada no *Elucidário Madeirense*, de Fernando Augusto da Silva, sendo que as primeiras notícias que envolvem a

---

<sup>59</sup> BETTENCOURT, Luísa, *op.cit*, p. 85.

<sup>60</sup> ARAGÃO, António, *op.cit*, pág. 254.

construção desta referem a tomada de casas para a construção de uma fortaleza por volta de 1574. As obras foram concluídas em outubro de 1581, conforme explicação do capitão Luís Melo a D. Francisco de Alava em Lisboa, onde são fornecidos desenhos da mesma com a descrição de «*Castello Nuovo(?)*» (Anexo 40).

Depois de Mateus Fernandes, o fortificador da ilha passa a ser Jerónimo Jorge, nomeado por D. Filipe II em 1595 e responsável por ter dado “início à fortaleza do Pico e à fortaleza de S. Tiago”<sup>61</sup>.

Quando Jerónimo Jorge morreu nos inícios do século XVII, Bartolomeu João, filho do anterior, ocupou o lugar de fortificador da cidade em 1618 durante cerca de 40 anos, e ficou principalmente conhecido por ter concluído a Fortaleza de S. Lourenço, assim como, entre outras, a Fortaleza do Pico e de S. Tiago<sup>62</sup>, acabando o trabalho que seu pai iniciou anos antes. A Fortaleza Velha e o Forte de S. Tiago ficaram concluídos em 1632 e a Fortaleza do Pico pouco tempo depois<sup>63</sup>. O Funchal dos séculos XVII e XVIII foi assim marcado por uma intensa campanha de fortificação da cidade, continuando os projetos de finais do século XVI<sup>64</sup>.

Foi em 1644, após a restauração da independência nacional, que a cortina marítima entre o Forte de S. Filipe e o Forte de S. Tiago ficou concluída<sup>65</sup>. Esta muralha fazia, então, parte da cortina da cidade que “fechava a cidade por terra e defendia-a pelo lado do mar”<sup>66</sup>:

*“(...) na segunda metade de setecentos, a muralha da cidade, a ocidente, entestava nas rochas junto à Fortaleza do Pico e descia pelas actuais ruas Pimenta Aguiar, Major Reis Gomes e dos Aranhas até à zona do calhau de São Lázaro. Depois, acompanhando a costa, ia ligando os diferentes fortes – o Forte de São Lourenço, da Alfândega, do Pelourinho e o Forte Novo – até ao Forte de São Tiago. Constata-se*

---

<sup>61</sup> ARAGÃO, António, *op.cit*, p. 205.

<sup>62</sup> BETTENCOURT, *op.cit*, p.92.

<sup>63</sup> CARITA, Rui - *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)*, *op.cit*, pág. 101.

<sup>64</sup> BETTENCOURT, Luísa, *op.cit*, p.87.

<sup>65</sup> *Idem*, pp. 92 e 93.

<sup>66</sup> *Idem*, p. 99.

*ainda que a partir do Forte do Pelourinho saía uma muralha que subia a margem direita da Ribeira de João Gomes até às rochas do “alto” da Pena.”*<sup>67</sup>

Só voltamos a ter representações do forte de São Filipe na cartografia em 1654, na *Descrição de Bartolomeu João* (Anexo 41). De fato, é a primeira vez que este forte é representado após a sua construção estar concluída.

A *fortaleza nova da praça* é representada completamente artilhada e com uma cisterna (Anexo 42). Durante a intervenção entre as ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes, encontrar esta cisterna tornou-se um dos objetivos para a equipa de Arqueologia, assim como encontrar algum indício da artilharia militar deste forte do Pelourinho.

A cisterna IV, identificada com uma conformação quadrada, estava localizada a norte do forte de São Filipe, junto à muralha sebastianista. Tal como as restantes, era construída em alvenaria de basalto irregular aparelhado. O seu propósito original seria o de armazenamento de água para diversos propósitos, como alimentação e higiene.

No que respeita aos restos da artilharia que equipava o forte, foi possível detetar um canhão, aparentemente de origem inglesa.

A presença inglesa na ilha da Madeira retrocede ao século XV/XVI, mas a colónia britânica tem um maior crescimento na região nos séculos XVIII e XIX.<sup>68</sup> Na verdade, «A Madeira foi duas vezes ocupada por tropas inglesas, sendo a primeira de julho de 1801 a janeiro de 1802 e a segunda de dezembro de 1807 a outubro de 1814.»<sup>69</sup> A artilharia inglesa foi uma constante nas fortificações portuguesas desta época, fato facilitado pelo intenso comércio que unia os dois países.

A primeira abordagem à arma de fogo mostrou-nos que esta foi construída com três peças de ferro fundido, soldadas e reforçadas com anéis também em ferro. Após a sua exumação, foi revelado que este media 3,05 metros de comprimento e pesava cerca de 2,6 toneladas (antes de se proceder à sua limpeza).

---

<sup>67</sup> Idem, p. 98.

<sup>68</sup> BAZENGA, A., RIBEIRO, J. A., SEQUEIRA, M. – “The British presence in Madeira Island: historical overview and linguistic outcomes”, in *British Scholar Society Conference*, Universidade da Madeira, Portugal, Junho de 2012.

<sup>69</sup> BERNARDES, Lília – “A ocupação da Madeira pelos ingleses” in *Diário de Notícias*, 12 de maio de 2007.



Depois da limpeza das incrustações, foi encontrada a meio do canhão uma inscrição gravada no ferro que facilitou a rápida pesquisa de paralelos (Anexo 43). Ao pesquisar o emblema tentou-se fazer comparação com registos históricos referentes à época<sup>70</sup>. O emblema presente nesta arma de fogo continha um “2”, um “G” e um “R” em letras trabalhadas (ou seja, o segundo *Georgius Rex* de Inglaterra). Ora, o reinado de George II de Inglaterra ocorreu entre 1727 e 1760, dando-nos assim um país e data de origem prováveis, coincidindo com a época da presença inglesa na ilha da Madeira. A marca com os números “47-0-0” (Anexo 44), encontrada anteriormente ao orifício do pavio, será provavelmente um indicador do peso (em libras)<sup>71</sup>; a marca “MP\*” (Anexo 45), presente na região superior do terço proximal do canhão poderá ser a assinatura do fabricante, que não foi possível identificar na pesquisa bibliográfica. O “H” (Anexo 46), presente no munhão esquerdo, poderá indicar o local onde o canhão foi produzido.

Outro aspeto revelado pela intervenção arqueológica foi a dos constantes aluviões a que a região esteve sujeita, fato documentado principalmente a partir do século XIX, causando estragos um pouco por toda a ilha, mas principalmente na cidade do Funchal. Muitas das camadas descritas anteriormente como “nível de condenação da calçada”, por exemplo na descrição das camadas do corte estratigráfico representado no Anexo 20, podem ser indicadoras de uma aluvião que ocorreu nesse espaço e tempo. Outro indicador da presença de uma aluvião poderá ser a concentração de grandes elementos pétreos nestas camadas, aí depositados após arrastamento pela força motora das águas das ribeiras.

Uma das maiores aluviões da história do Funchal foi a que ocorreu no dia 9 de outubro de 1803<sup>72</sup>.

*“(...) Verifica-se que as áreas mais devastadas foram as que se localizam entre as ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes, bem como as áreas adjacentes às suas*

---

<sup>70</sup> The First Regiment of Foot Guards (n.d.) Disponível: <http://www.britishempire.co.uk/forces/armyunits/britishinfantry/1stfootcolours1745.htm> [acedido a 7 de janeiro de 2014].

<sup>71</sup> MORGAN, William, *Papers on naval architecture and other subjects connected with naval science*, London, 1827-1830.

<sup>72</sup> BETTENCOURT, Luísa, *op.cit*, p.105.

*margens. Segundo diferentes relatos, os estragos foram enormes na Rua dos Tanoeiros, no sítio do Ribeirinho, na zona do Pelourinho e no Bairro de Santa Maria.”*<sup>73</sup>

Apesar de ter havido outras aluviões fortes o suficiente para causar este tipo de estragos, pensa-se que foi a aluvião de 1803 que causou a destruição e abandono do forte de S. Filipe, principalmente no que toca à quebra da muralha sul, tornando-o inviável a nível militar e defensivo.

Então, no último quartel do século XIX, perdida a sua função militar o forte de São Filipe foi convertido a armazém militar. Este manteve-se inalterado até ao início do século XX, altura na qual já não era necessária a “vocação urbana e militar do espaço”<sup>74</sup>, pelo que se procedeu à demolição parcial do forte - parcial, pois um dos cunhais da muralha foi integrado na muralha da margem esquerda da ribeira de Santa Luzia (Anexo 47). No lugar do forte foi implantada a fábrica de São Filipe, tendo o quarteirão assumido uma nova identidade industrial. Esta viria a ser consumida por um incêndio que ocorreu em 1978, tendo as infraestruturas remanescentes desta antiga unidade fabril sido demolidas em 1989. Em 1992, este espaço deu lugar a um parque de estacionamento subterrâneo, abrindo-se ainda, com a finalidade de proporcionar uma zona de lazer à população local, uma praça pedonal. Esta, por sua vez, foi demolida no início do atual *Projeto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes*.

---

<sup>73</sup> Idem, p.112.

<sup>74</sup> PERNETA, Paulo S. – “Funchal – Seis séculos de paisagem humana entre duas ribeiras”, *Paisagem. (I)Materialidade*. III Encontro, CITCEM, Porto, novembro de 2013.

## 5. CONCLUSÃO

O acompanhamento arqueológico em intervenções no meio urbano, neste caso do *Projeto de Intervenção nos Troços Terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes* continua a revelar-se instrumental na defesa da cultura e património da RAM. Os diversos materiais recuperados, assim como as infraestruturas que foram reveladas com a ajuda da equipa de Arqueologia da DRAC|DSMPC, vieram complementar uma parte da história da cidade do Funchal que até então era parcialmente desconhecida. No entanto, grande parte dos contextos encontra-se ainda por estudar, pelo que o real valor cultural deste projeto ainda está por definir.

A Arqueologia Urbana com bases científicas é uma actividade relativamente recente na Madeira. Foi no Funchal dos anos 80 que Mário e Rosa Varela Gomes escavaram as casas de João Esmeraldo na Praça de Colombo. Esta intervenção levou à criação de museus, empresas e outros serviços ligados à Arqueologia que em conjunto com as instituições dedicadas ao património da região (tendo como exemplo a DRAC) continuaram o legado da ciência arqueológica até aos dias de hoje.

A realização deste relatório, e consequente pesquisa bibliográfica, permitiu confirmar uma abundante literatura ligada à história da Madeira, assim como aquela relacionada com a arquitectura militar no geral. No entanto, sobre o forte de São Filipe em particular, a informação é escassa; são apenas feitas referências à planificação da sua construção. Após o estudo do seu espólio, espera-se com esta intervenção preencher e atualizar as informações sobre este forte.

Durante o estágio verificou-se ainda, através da estratigrafia, que aquele sítio localizado entre as ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes foi severamente afetado por diversas aluviões que assolaram a ilha nos últimos séculos, levando ao condenamento de pavimentos do Largo do Pelourinho e, provavelmente, à destruição das muralhas do forte de São Filipe, causando assim o seu abandono.

De um ponto de vista formativo e individual, o estágio revelou-se útil pelas competências que permitiu desenvolver. Aprofundaram-se os conhecimentos relativos

ao levantamento topográfico, à leitura e interpretação estratigráfica, ao registo gráfico e digital de estruturas e materiais arqueológicos, e à realização de pesquisas bibliográficas na identificação de materiais. Foi dada a oportunidade de desenvolver as capacidades de gestão de recursos humanos em diversos momentos e um enriquecimento da capacidade de trabalhar em equipa, tendo esta um papel ativo na tomada de decisões referentes ao acompanhamento arqueológico.

## 6. BIBLIOGRAFIA

### Estudos:

ARAGÃO, António - *O espírito do lugar. A cidade do Funchal*. Lisboa: Pedro Ferreira Editor, 1992.

ARAGÃO, António - *Para a História do Funchal*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura - Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1987.

ARAGÃO, António - *Pelourinhos da Madeira*. Funchal: Edição da Junta Geral do Distrito Autónomo, 1959.

Arquivo Distrital do Funchal - *Arquivo Histórico da Madeira, Boletim do Arquivo Distrital do Funchal*. Funchal: D.R.A.C., vol. XV, 1972.

Arquivo Distrital do Funchal - *Arquivo Histórico da Madeira, Boletim do Arquivo Distrital do Funchal*. Funchal: D.R.A.C., vol. XVI, 1973.

BAZENGA, A., RIBEIRO, J. A., SEQUEIRA, M. – “The British presence in Madeira Island: historical overview and linguistic outcomes” in *British Scholar Society Conference*, Universidade da Madeira, Portugal, Junho de 2012.

BETTENCOURT, Luísa C. F. A. - *A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2007.

BICHO, Nuno F. - *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Lisboa: Edições 70, 2006.

CARITA, Rui - *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*. Funchal/Lisboa: Oficinas Gráficas do Exército, 1998.

CARITA, Rui - *A Planta do Funchal de Mateus Fernandes (c.1570)*. Coimbra: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1983.

CARITA, Rui - *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)*. Funchal: S. R. E., 1984.

COSTA, José P. da - *Vereações da Câmara Municipal do Funchal século XV*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1994.

FRUTUOSO, Gaspar - *Livro Segundo das Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1584.

MORGAN, William - *Papers on naval architecture and other subjects connected with naval science*. London: G.B. Whittaker, 1827-30.

SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. (dir.); MATOS, Artur T. (coord.) - *Nova História da Expansão Portuguesa. A Colonização Atlântica (Vol. III - tomo 1)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

SILVA, Fernando A. da & MENESES, Carlos A. de - *Elucidário Madeirense*. (ed. fac-similada da edição de 1940-1946, Vols I, II e III), Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1998.

SOUSA, Élvio D. M. - *Ilhas de Arqueologia. O Quotidiano e a Civilização Material na Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2011.

TEIXEIRA, M. C. & VALLA, M. - *O urbanismo português. Séculos XIII – XVIII*. Portugal – Brasil: Livros Horizonte, 1999.

#### **Artigos de divulgação:**

BERNARDES, Lília – “A ocupação da Madeira pelos ingleses” in *Diário de Notícias*, 12 de maio de 2007.

CARITA, Rui – “O Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal do Funchal” in *Al-Madan* IIª série, n.º3, Julho de 1994, pp. 147-48.

CARITA, Rui & RAMOS, Clara B. – “Arqueologia Urbana no Funchal 1989-2001”, in *Livro branco do património cultural da RAM*. Gaula: Archais, 2003 (pp. 63-77).

GOMES, Celso – “Jardim diz que se não fosse a canalização da ribeiras Funchal desaparecia e alerta «Primeira questão é tratar dos vivos»” in *Jornal da Madeira*. Funchal, 21 de fevereiro de 2010 (pp. 2-3).

GONÇALVES, Raquel – “Tragédia sem memória” in *Diário de Notícias*. Funchal, 21 de fevereiro de 2010 (pp. 4-7).

LEMOS, Francisco de Sande – “O Conceito de Arqueologia Urbana” in *Coleção Fórum. Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos e Arqueologia Urbana*. Lisboa: URBE – Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção, vol. 10, 2005, pp. 95-103.

NÓBREGA, Tolentino de - “Projecto de Jardim para o aterro no cais do Funchal gera polémica” in *Público*, 16 de fevereiro de 2011. Disponível: <http://www.publico.pt/local/noticia/projecto-de-jardim-para-o-aterro-no-cais-do-funchal-gera-polemica-1480702>

SILVA, António Manuel S. P. – “A memória imposta. Algumas reflexões sobre a preservação de ruínas arqueológicas em meio urbano” in *Coleção Fórum. Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos e Arqueologia Urbana*. Lisboa: URBE – Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção, vol. 10, 2005, pp. 85-93.

#### **Legislação:**

“Auditoria de fiscalização concomitante à empreitada de intervenção nos troços terminais das ribeiras de Sta. Luzia e de João Gomes, financiada pela Lei de Meios”, relatório nº6/2015 – FC/SRMTC, março de 2015 [acedido a 15 de maio de 2015].

“Decreto Regulamentar Regional nº6/2013/M” in *Diário da República*, 1ª série n.º 36, fevereiro de 2013 [acedido a 29 de março de 2015].

“Intervenção no Porto do Funchal a Leste do Cais da Cidade em consequência do Temporal de 20 de Fevereiro de 2010” in *Página Oficial da Presidência do Governo Regional da Madeira*, fevereiro de 2011 [acedido a 29 de março de 2015].

“Parecer sobre o Projecto de Intervenções nos Troços Terminais das ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes, sobre a proposta de intervenção no aterro depositado na avenida do mar e das comunidades madeirenses em consequência da intempérie do dia 20 de Fevereiro de 2010 e sobre a proposta de protecção marítima da frente marginal nascente da cidade do Funchal”, Câmara Municipal do Funchal, abril de 2011 [acedido a 15 de maio de 2015].

“Portaria nº62/2012 de 16 de maio” in *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, Série I, nº 59 [acedido a 29 de março de 2015].

### **Relatórios:**

SOUSA, Daniel - *Relatório Intercalar de Avaliação de Impactes Patrimoniais no Projeto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes*. Funchal: DRAC|DSMPC, maio de 2013.

### **Sítios da Internet:**

CAMACHO, Paulo – *Ruas do Funchal. Percorrer histórias. Rua Direita* (abril de 2012) Disponível: <http://ruasdofunchal.blogspot.pt/2012/04/rua-direita.html#more> [acedido a 7 de novembro de 2013].

CARITA, Rui - *Vestígios do Forte de São Filipe do Largo do Pelourinho e da Socarma, 1992, Funchal, ilha da Madeira* (n.d.) Disponível: <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/newlayout.php?mode=imagebank&details=1&id=52691> [acedido a 19 de setembro de 2014].

*Concelho do Funchal. Enquadramento Histórico* (n.d.) Disponível: [http://www.cm-funchal.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=32:enquadramento-historico-&catid=40:concelho-do-funchal&Itemid=181](http://www.cm-funchal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=32:enquadramento-historico-&catid=40:concelho-do-funchal&Itemid=181) [acedido a 6 de novembro de 2013].

*Fragmento de Pelourinho do Funchal* (2008) Disponível: <http://mqc.gov-madeira.pt/pt-PT/Colecoes/escultura/ContentDetail.aspx?id=149> [acedido a 6 de novembro de 2013]

*Iron Guns* (n.d.) Disponível: [http://www.forthaldimand.com/p/iron-guns\\_23.html](http://www.forthaldimand.com/p/iron-guns_23.html) [acedido a 7 de janeiro de 2014].

*Largo do Pelourinho e Rua Direita* (n.d.) Disponível: <http://www.madeira-web.com/pagesp/funchal-nucleus/se/pelourinho-direita.html> [acedido a 21 de setembro de 2014].

PERNETA, Paulo S. – “Funchal – Seis séculos de paisagem humana entre duas ribeiras”, *Paisagem. (I)Materialidade*. III Encontro, CITCEM, Porto, novembro de 2013.



Disponível:

<http://www.citcem.org/3encontro/docs/pdf/21%20Novembro/Sess%C3%A3o%201/88%20-%20Paulo%20Perneta%20-%20Resumo.pdf> [acedido a 7 de Janeiro de 2014].

*The First Regiment of Foot Guards* (n.d.) Disponível:  
<http://www.britishempire.co.uk/forces/armyunits/britishinfantry/1stfootcolours1745.htm> [acedido a 7 de janeiro de 2014].

VIEIRA, Alberto - *O Pelourinho da Vila de São Vicente*. 2009. Disponível:  
<http://arquivohistoricomadeira.blogspot.pt/2009/03/o-pelourinho-da-vila-de-sao-vicente-por.html> [acedido a 28 de setembro de 2014].

## **7. LISTA DE ANEXOS**

**Anexo 1** – Cidade do Funchal e as suas três ribeiras (Imagem retirada de Google Earth).

**Anexo 2** – Projecto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes (imagem retirada do «Público»).

**Anexo 3** – Projeto das Intervenções. Pormenor dos troços terminais das ribeiras de Santa Luzia (esquerda) e de João Gomes (direita). Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 4** - Vista geral das ruínas do forte de São Filipe. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 5** - Planta de Implantação. Fotografia retirada do Relatório Intercalar de Daniel Sousa, abril/maio de 2013.

**Anexo 6** - Frente-mar da muralha sul do forte de São Filipe. Pormenor de uma marca de canteiro (centro). Fotografia: Mafalda Relva.

**Anexo 7** - Planta Topográfica da área de intervenção.

**Anexo 8** - Planta Topográfica - indicação do setor I.

**Anexo 9** - Planta Topográfica - indicação do setor III.

**Anexo 10** - Planta Topográfica - indicação do setor IV.

**Anexo 11** - Muralha da Fábrica de São Filipe/SOCARMA. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 12A e 12B** – Demolição da muralha da Fábrica de São Filipe/SOCARMA. Fotografias: Mafalda Relva.

**Anexo 13** - Corte norte do setor IV – identificação da viga (seta azul), da soleira (seta verde) e calçada de calhau rolado (setas brancas). Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 14** - Forno antigo em pedra de cantaria vermelha. (Fotografia: Mafalda Relva).

**Anexo 15** - Escavação no seguimento da calçada Quinhentista. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 16** - Calçada Quinhentista. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 17** - Aparecimento e definição da calçada de calhau rolado. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 18** - Vista de sentido oeste-este da calçada. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 19** - Vista de sentido oeste-este das duas calçadas. Fotografia: Mafalda Relva.

**Anexo 20** - Corte estratigráfico. Perfil oeste das Quad. O'23/O'24/O'25, setor IV. Desenho: Carlos Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 21A e 21B** - Padrões da calçada: elementos decorativos geométricos. Fotografias: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 22** - Diagrama da cisterna IV com as cotas inerentes à camada 5; indicação do norte.

**Anexo 23** - Amostra da cultura material proveniente da cisterna IV. Fotografia: Mafalda Relva.

**Anexo 24** - Desmonte do pelourinho (centro) e escavação da cisterna IV (à direita). Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 25** - Corte oeste do lugar onde seria implantada a sapata "P1", junto a uma muralha, coberta por geotêxtil. Sentido este-oeste. Fotografia: Mafalda Relva.

**Anexo 26** - Antigo muro da margem direita da ribeira de João Gomes. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 27** - Pipa encontrada junto à muralha, destruída pela pedra de grande dimensão. Fotografia: Mafalda Relva.

**Anexo 28** - Demolição da estrutura militar no extremo este do setor IV. Fotografia: Mafalda Relva.

**Anexo 29** - Planta Topográfica. Identificação do setor II.

**Anexo 30** - Boca do canhão in situ. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 31** - Planta topográfica aquando da implantação das quadrículas.

**Anexo 32** - Registo fotográfico do canhão antes da escavação. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 33** - Lajes desalinhadas junto ao canhão. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 34** - Estrutura em madeira para suportar o peso do canhão. Fotografia: Mafalda Relva.

**Anexo 35** - Exumação do canhão. Fotografia: Mafalda Relva.

**Anexo 36** - Aguarela do Largo do Pelourinho (1832). (retirado de <http://www.madeira-legacy.com/imoveis/ver/1734>)

**Anexo 37** - Fragmento do pelourinho em calcário-brecha da Serra da Arrábida do século XV/XVI, situado no Museu da Quinta das Cruzes. (retirado de <http://mqc.gov-madeira.pt/pt-PT/Colecoes/escultura/ContentDetail.aspx?id=149>)

**Anexo 38** - Planta do Funchal de Mateus Fernandes, c.1570 (retirado do acervo digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil).

**Anexo 39** - Mapa de Mateus Fernandes (c. 1573) indicando os limites da cortina da cidade (retirado do site da Câmara Municipal do Funchal: A Cidade > Evolução Espacial).

**Anexo 40** - Desenho da ilha da Madeira (1582), identificando a cidade do Funchal com as suas fortalezas, À direita, a Fortaleza de São Lourenço; à esquerda, o “Castello Nuovo(?)”, o forte de São Filipe. (retirado de <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/imagePopUp.php?id=29281>)

**Anexo 41** - Descrição de Bartolomeu João (1654). (retirado de Arquivo DRAC|DSMPC)

**Anexo 42** - Pormenor da Descrição de Bartolomeu João (1654) - Fortaleza nova da Praça Na Ilha da Madeira. (retirado de [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6f/Fortaleza\\_nova\\_da\\_Pra%C3%A7a\\_-\\_Bartolomeu\\_Jo%C3%A3o.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6f/Fortaleza_nova_da_Pra%C3%A7a_-_Bartolomeu_Jo%C3%A3o.jpg))

**Anexo 43** - Emblema de George II de Inglaterra, gravado no ferro. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 44** - Inscrição “47-0-0” e orifício do pavio. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 45** - “MP\*”, possível assinatura do fabricante. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

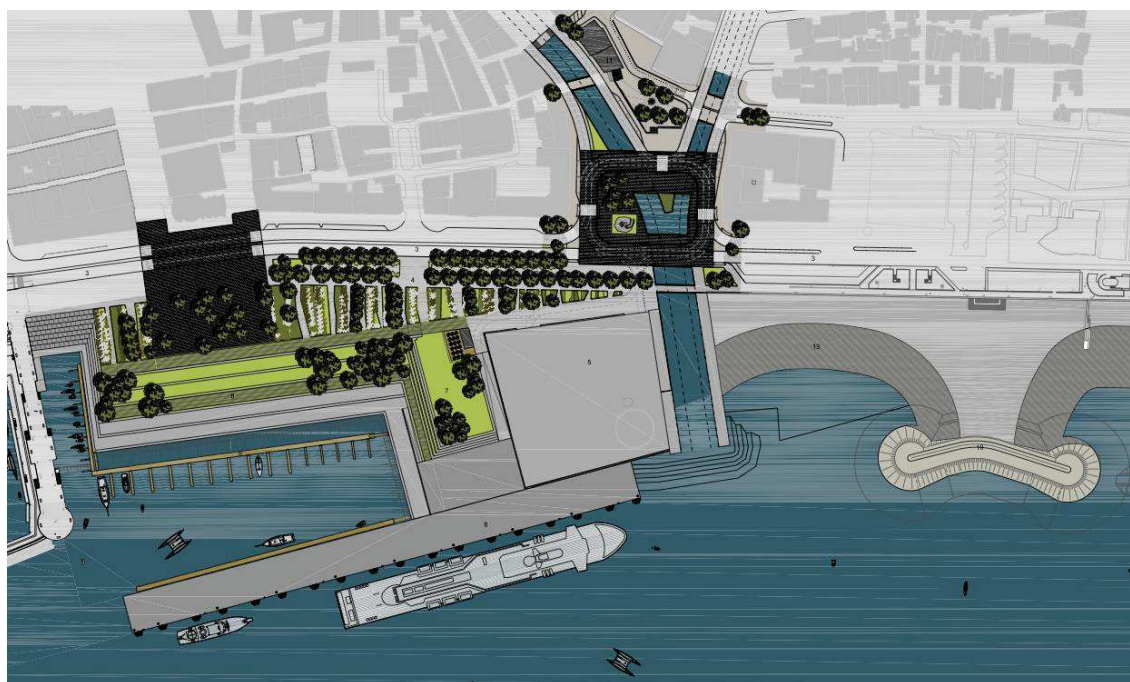
**Anexo 46** - “H” presente no munhão esquerdo. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC).

**Anexo 47** - Margem esquerda da ribeira de Santa Luzia. Fotografia: Museu Vicentes.

## ANEXOS



Anexo 1 - Cidade do Funchal e as suas três ribeiras (retirado de Google Earth)



Anexo 2 – Projecto das Intervenções nos Troços Terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes (retirado do «Público»)<sup>1</sup>

<sup>1</sup> NÓBREGA, Tolentino de - “Projecto de Jardim para o aterro no cais do Funchal gera polémica” in *Público*, 16 de fevereiro de 2011.

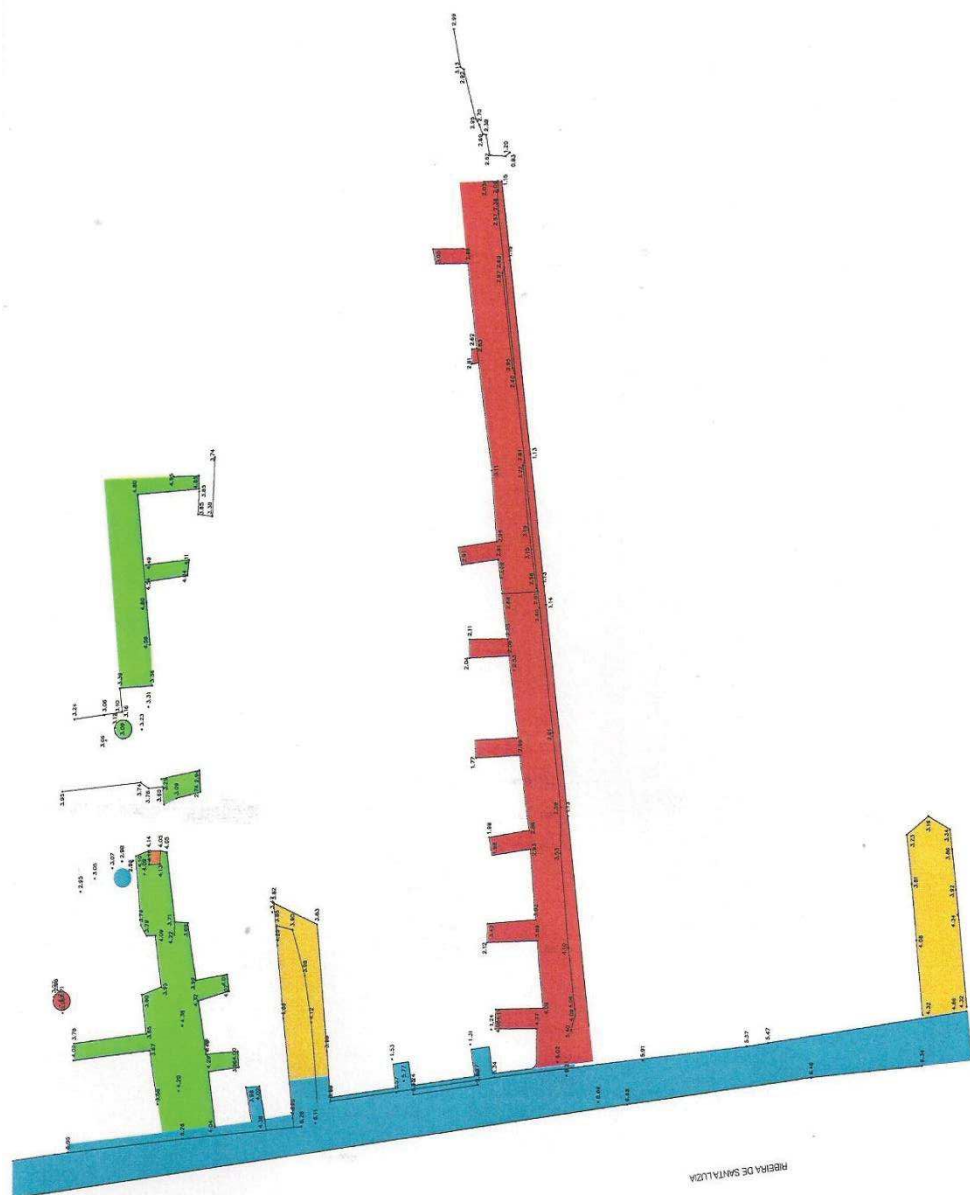




Anexo 3 - Projeto das Intervenções. Pormenor dos troços terminais das ribeiras de Santa Luzia (esquerda) e de João Gomes (direita). Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC)



Anexo 4 - Vista geral das ruínas do forte de São Filipe. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC)



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

Acoplamento arquitectónico	Daniel Sousa, arquitecto	Legenda:	
Levantamento/visão arquitectónica	Carlos Pereira	Muralla Norte	
		Muralla Sul	
		Muralla Este da Ribeira de Santa Luzia	
		Parque da antiga Fábrica de São Filipe	
Levantamento topográfico	Miguel Correia		

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, TURISMO E TRANSPORTES   DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS	
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE MUSEUS E PATRIMÓNIO CULTURAL	
PROJETO DAS INTERVENÇÕES NOS TROCOS TERMINAIS DAS RIBEIRAS DE SÃO JOÃO, DE SANTA LUZIA E DE JOÃO GOMES	Maio 2013
ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO	FORTE DE SÃO FILIPE

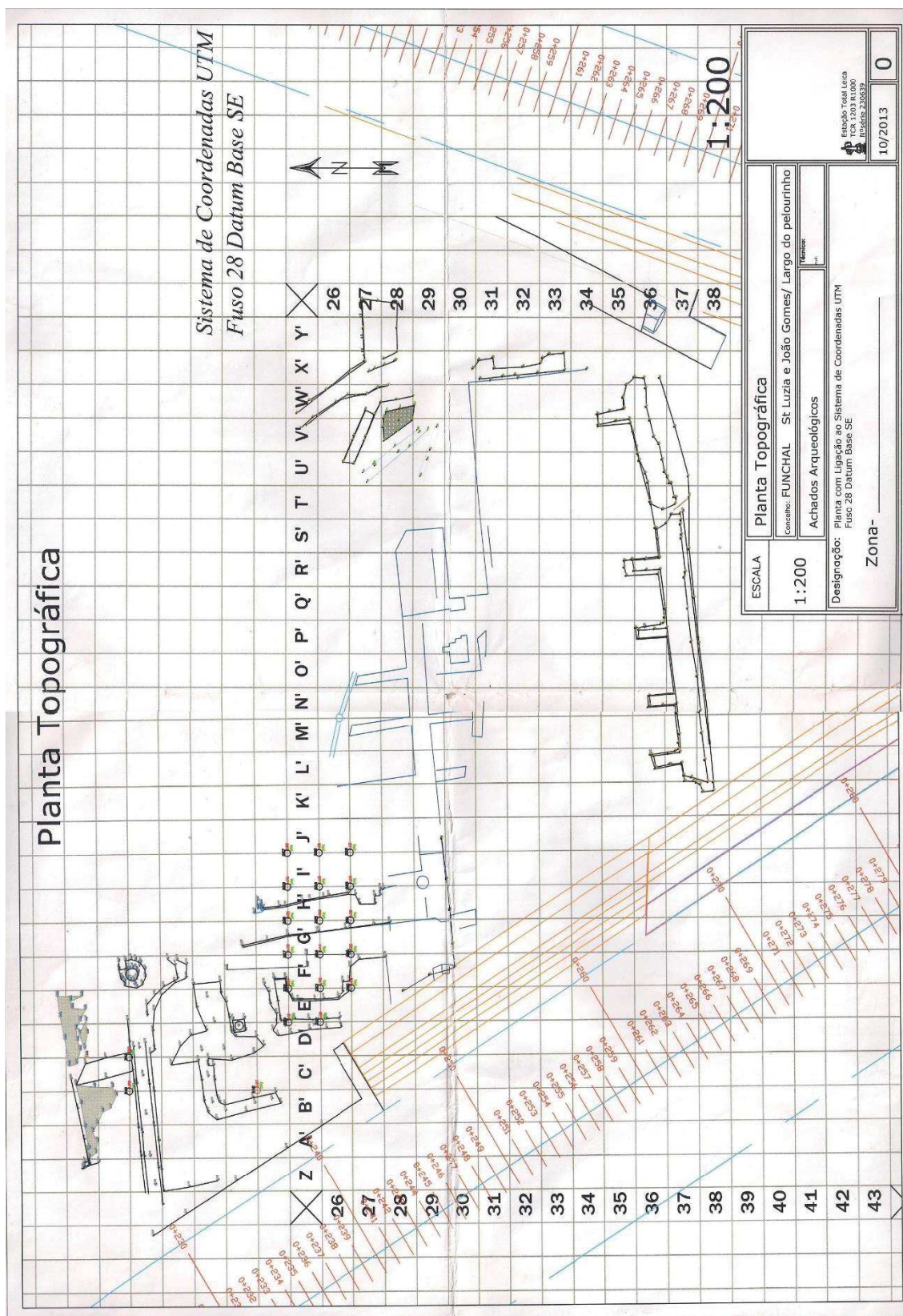
02





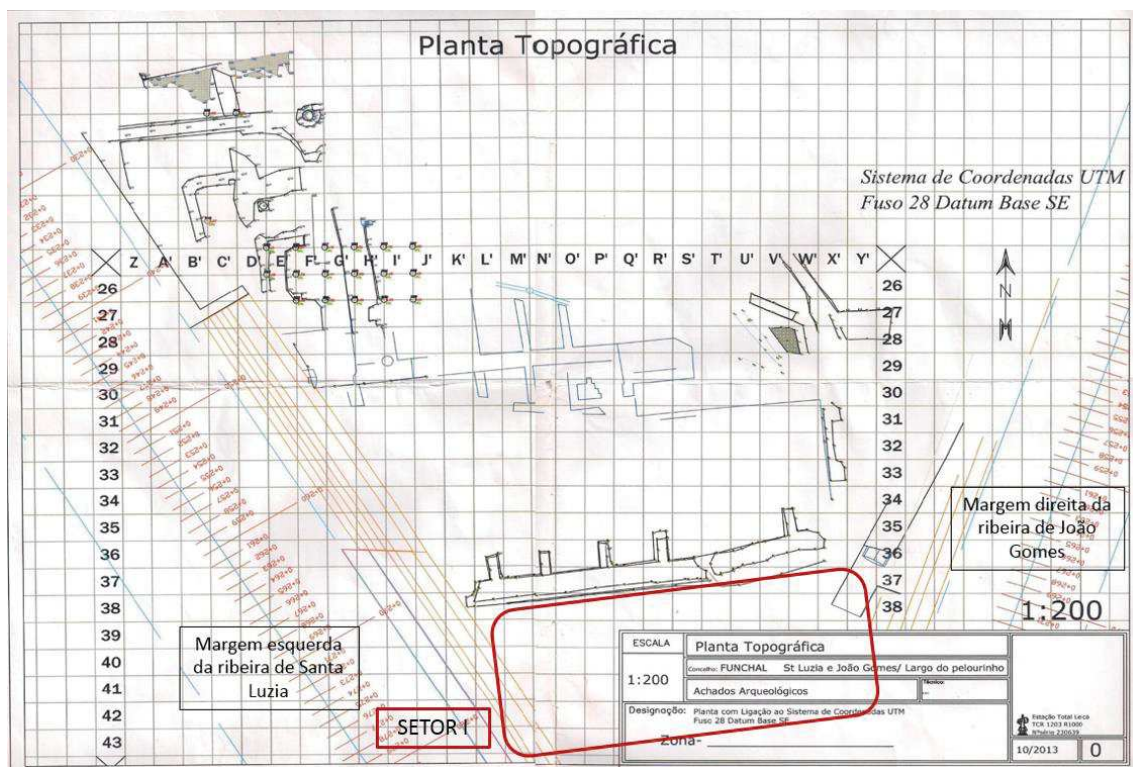


*Anexo 6 - Frente-mar da muralha sul do forte de São Filipe. Pormenor de uma marca de canteiro (centro).  
Fotografia: Mafalda Relva*

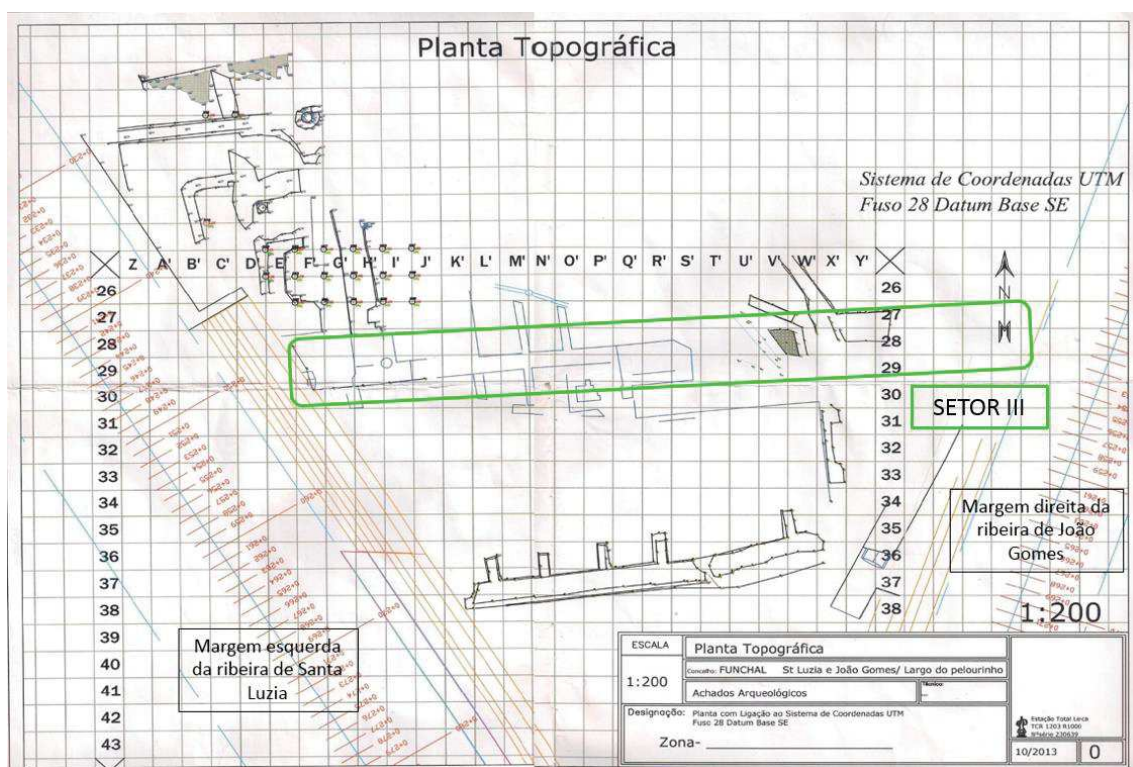


Anexo 7 – Planta Topográfica da área de intervenção.



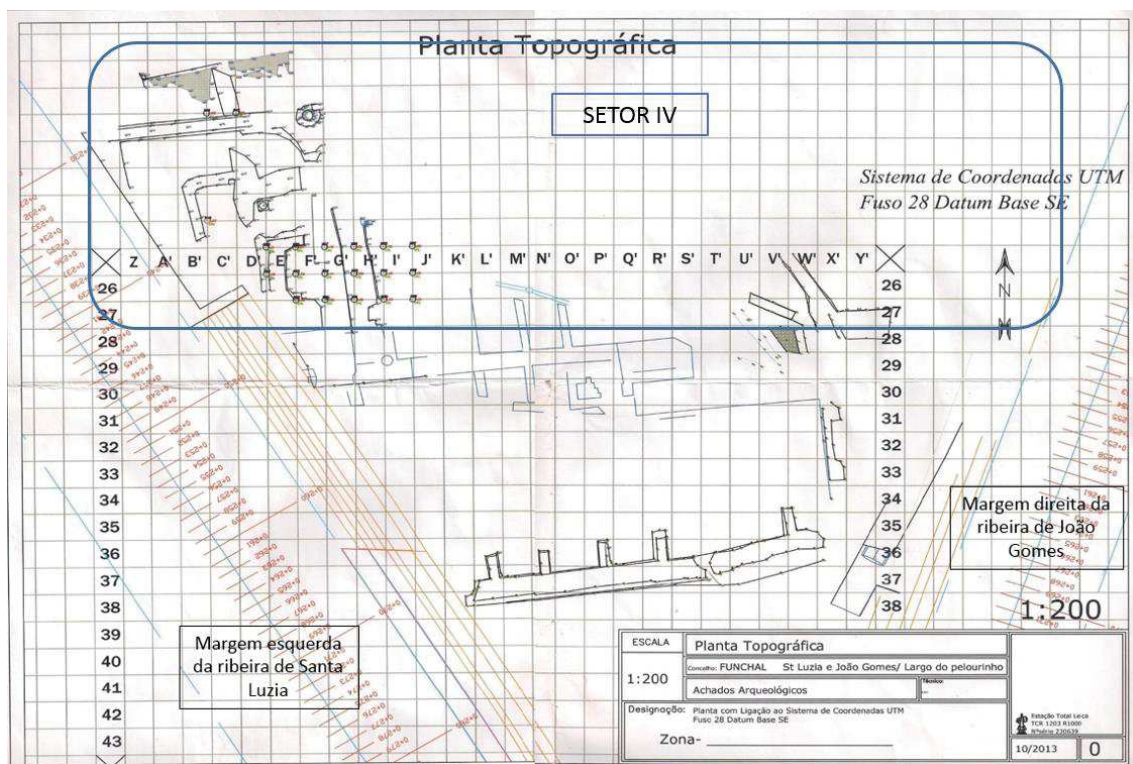


Anexo 8 - Planta Topográfica - indicação do setor I.



Anexo 9 - Planta Topográfica - indicação do setor III.





Anexo 10 - Planta Topográfica - indicação do setor IV.



Anexo 11 – Muralha da Fábrica de São Filipe/SOCARMA. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC)





Anexo 12A (em cima) e 12B (em baixo) – Demolição da muralha da Fábrica de São Filipe/SOCARMA. Fotografias: Mafalda Relva





Anexo 13 – Corte norte do setor IV – identificação da viga (seta azul), da soleira (seta verde) e calçada de calhau rolado (setas brancas). Fotografia: Roberto Pereira (DRAC|DSMPC)





Anexo 14 - Forno antigo em pedra de cantaria vermelha. Fotografia: Mafalda Relva



Anexo 15 – Escavação no seguimento da calçada Quinhentista. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC)





Anexo 16 – Calçada Quinhentista. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC)



Anexo 17 – Aparecimento e definição da calçada de calhau rolado. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC)



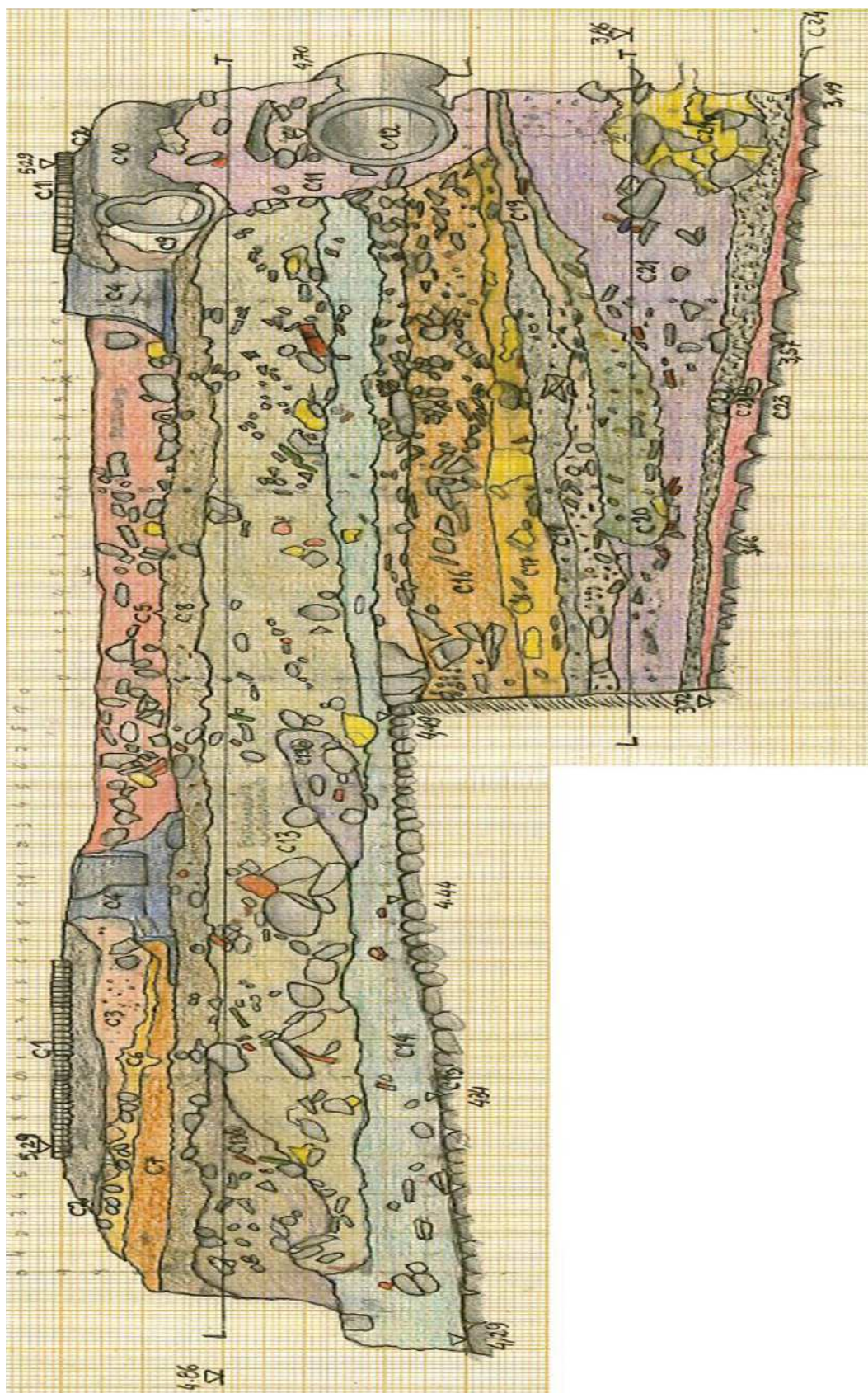


Anexo 18 - Vista de sentido oeste-este da calçada. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC)



Anexo 19 - Vista de sentido oeste-este das duas calçadas. Fotografia: Mafalda Relva





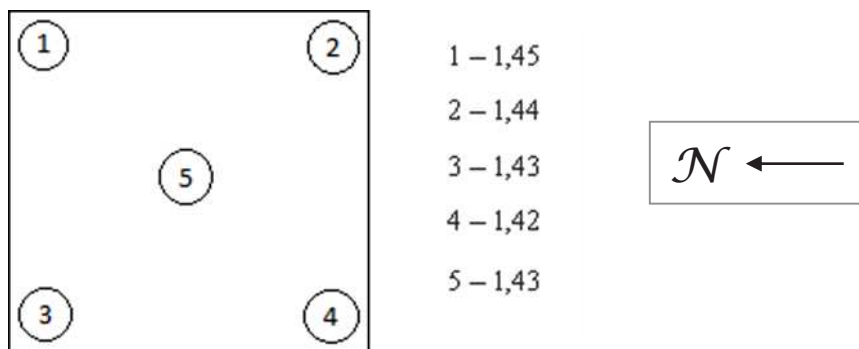
Anexo 20 - Corte estratigráfico. Perfil oeste das Quad. O'23/O'24/O'25, setor IV. Desenho: Carlos Pereira (DRAC/DSMPC)





*Anexos 21A e 21B – Padrões da calçada: elementos decorativos geométricos. Fotografias: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC)*





Anexo 22 - Diagrama da cisterna IV com as cotas inerentes à camada 5; indicação do norte.



Anexo 23 – Amostra da cultura material proveniente da cisterna IV. Fotografia: Mafalda Relva





Anexo 24 - Desmonte do pelourinho (centro) e escavação da cisterna IV (à direita). Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC)



Anexo 25 - Corte oeste do lugar onde seria implantada a sapata "P1", junto a uma muralha, coberta por geotêxtil. Sentido este-oeste. Fotografia: Mafalda Relva





Anexo 26 - Antigo muro da margem direita da ribeira de João Gomes. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC)



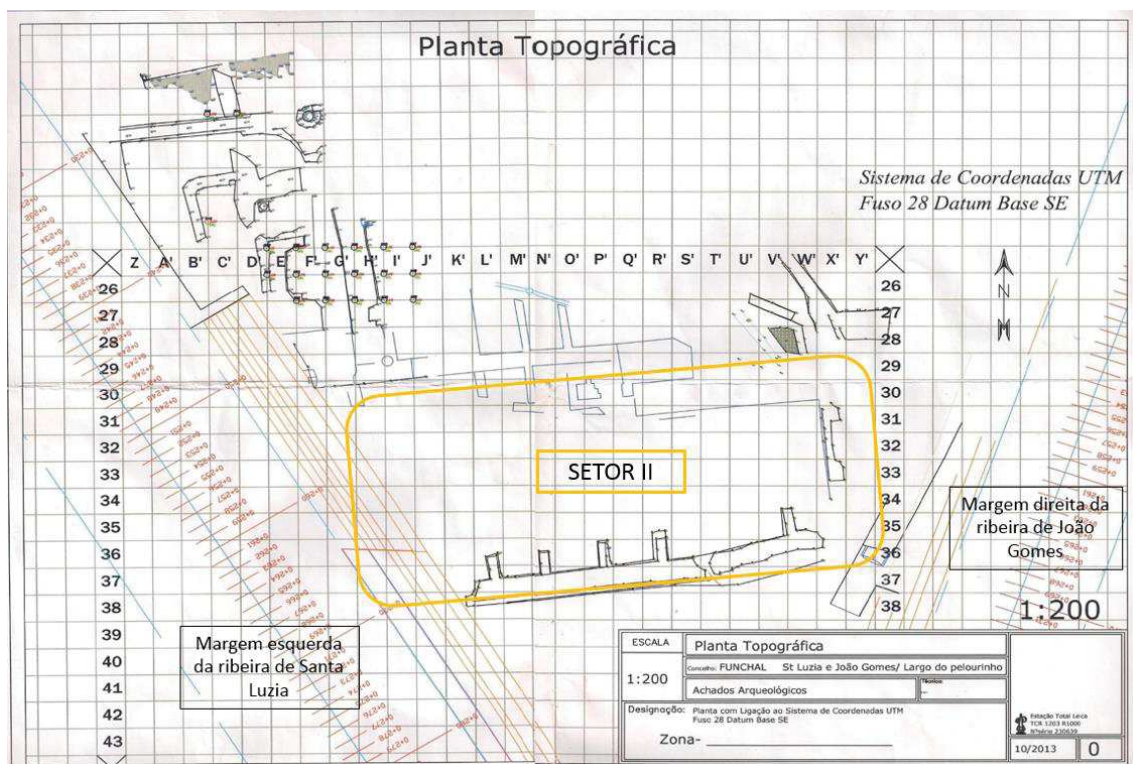


Anexo 27 – Pipa encontrada junto à muralha, destruída pela pedra de grande dimensão. Fotografia: Mafalda Relva



Anexo 28 – Demolição da estrutura militar no extremo este do setor IV. Fotografia: Mafalda Relva



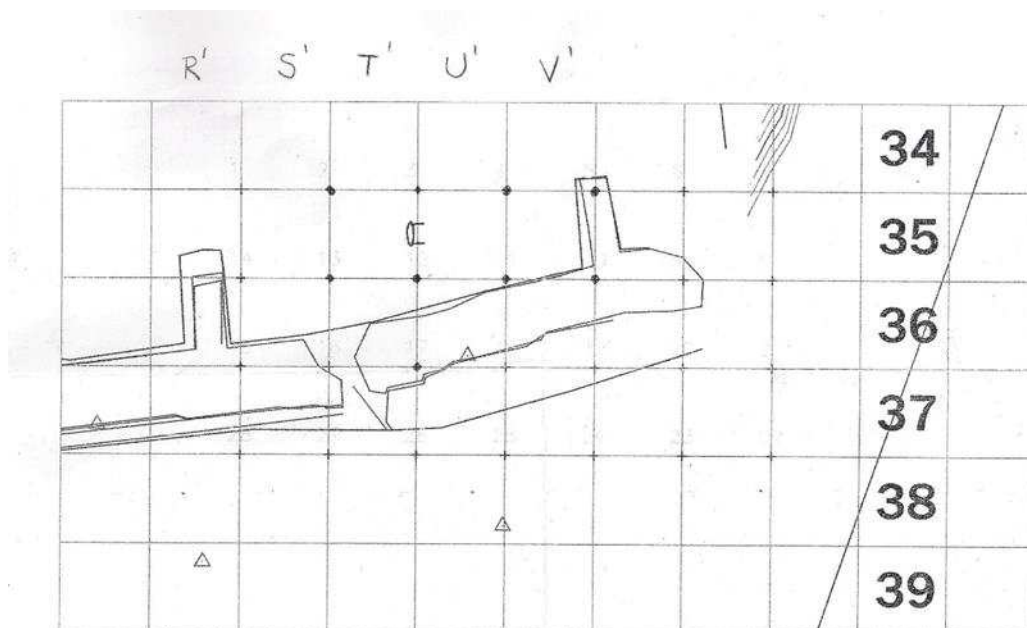


Anexo 29 - Planta Topográfica. Identificação do setor II.



Anexo 30 – Boca do canhão in situ. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC).





Anexo 31 – Planta topográfica aquando da implantação das quadrículas.



Anexo 32 - Registo fotográfico do canhão antes da escavação. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC)





Anexo 33 – Lajes desalinhas junto ao canhão. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC)



Anexo 34 - Estrutura em madeira para suportar o peso do canhão. Fotografia: Mafalda Relva





Anexo 35 - Exumação do canhão. Fotografia: Mafalda Relva





Anexo 36 – Aguarela do Largo do Pelourinho (1832). (retirado de <http://www.madeira-legacy.com/imoveis/ver/1734>)



Anexo 37 - Fragmento do pelourinho em calcário-brecha da Serra da Arrábida do século XV/XVI, situado no Museu da Quinta das Cruzes. (retirado de <http://mqc.gov-madeira.pt/pt-PT/Colecoes/escultura/ContentDetail.aspx?id=149>)



Anexo 38 - Planta do Funchal de Mateus Fernandes, c.1570 (retirado do acervo digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil).

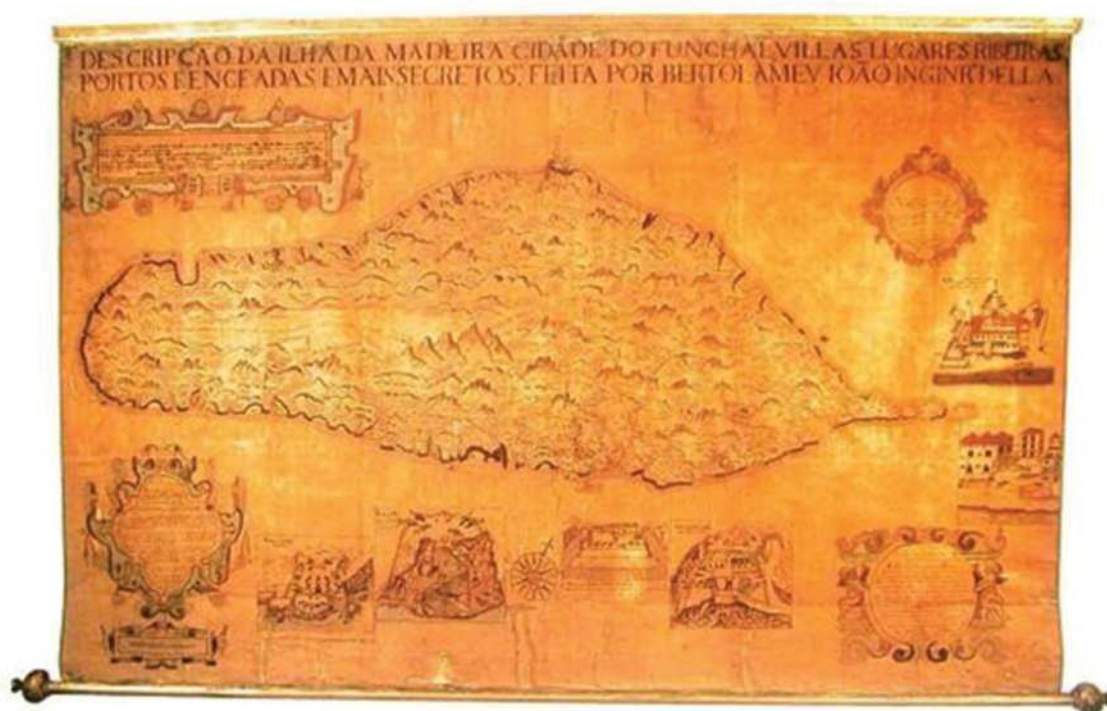


Anexo 39 - Mapa de Mateus Fernandes (c. 1573) indicando os limites da cortina da cidade (retirado do site da Câmara Municipal do Funchal: A Cidade > Evolução Espacial).

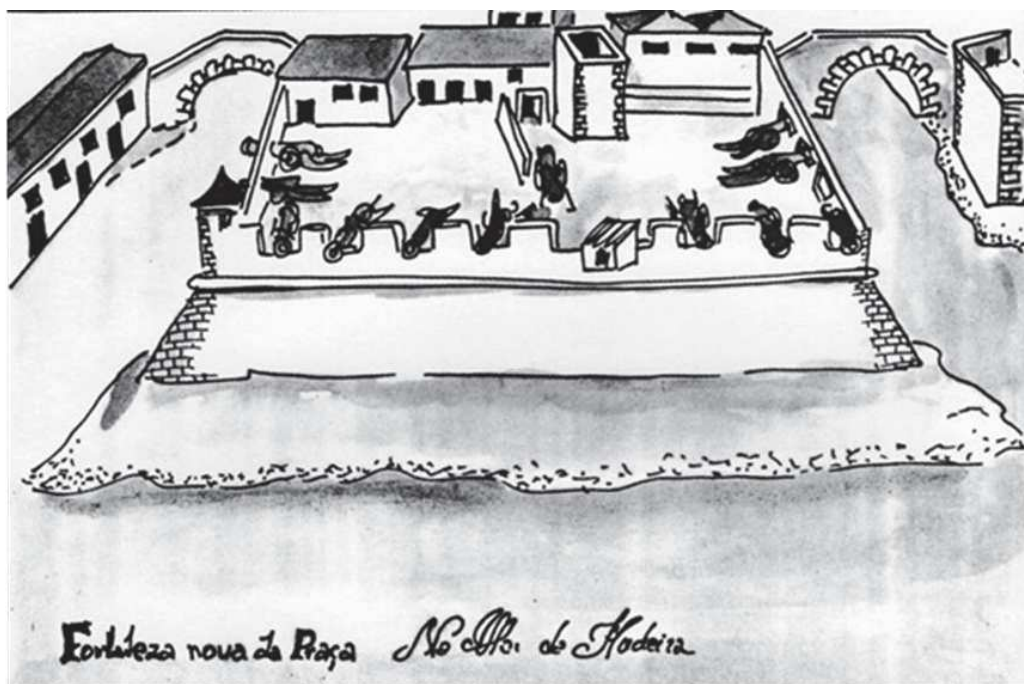




Anexo 40 – Desenho da ilha da Madeira (1582), identificando a cidade do Funchal com as suas fortalezas, À direita, a Fortaleza de São Lourenço; à esquerda, o “Castello Nuovo(?)”, o forte de São Filipe. (retirado de <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/imagePopUp.php?id=29281>)



Anexo 41 - Descrição de Bartolomeu João (1654). (retirado de Arquivo DRAC|DSMPC)



Anexo 42 - Pormenor da Descrição de Bartolomeu João (1654) - Fortaleza nova da Praça Na Ilha da Madeira. (retirado de [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6f/Fortaleza\\_nova\\_da\\_Pra%C3%A7a\\_-\\_Bartolomeu\\_Jo%C3%A3o.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6f/Fortaleza_nova_da_Pra%C3%A7a_-_Bartolomeu_Jo%C3%A3o.jpg))



Anexo 43 – Emblema de George II de Inglaterra, gravado no ferro. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC).





Anexo 44 – Inscrição “47-0-0” e orifício do pavio. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC).





Anexo 45 – “MP\*”, possível assinatura do fabricante. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC).



Anexo 46 – “H” presente no munhão esquerdo. Fotografia: Roberto Pereira (DRAC/DSMPC).



*Anexo 47 – Margem esquerda da ribeira de Santa Luzia. Fotografia: Museu Vicentes.*